

GILMAR FIALHO DE FREITAS

**TRANSFORMAÇÕES NA VIDA DE ATINGIDOS POR BARRAGENS NO VALE
DO JEQUITINHONHA – MG: OS CASOS DA COMUNIDADE DE PEIXE CRU
E DO QUILOMBO DE PORTO CORÍS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

Freitas, Gilmar Fialho de, 1987-

F862t Transformações na vida de atingidos por barragens no Vale do
2014 Jequitinhonha - MG : os casos da Comunidade de Peixe Cru e do Quilombo de
Porto Corís / Gilmar Fialho de Freitas. - Viçosa, MG, 2014.
x, 82f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.79-82.

1. Barragens e açudes - Aspectos sociais. 2. Usinas hidrelétricas - Vale do
Jequitinhonha. 3. Conflitos sociais. 4. Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. I.
Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa
de Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 305.5608151

GILMAR FIALHO DE FREITAS


**TRANSFORMAÇÕES NA VIDA DE ATINGIDOS POR BARRAGENS
NO VALE DO JEQUITINHONHA - MG: OS CASOS DA
COMUNIDADE DE PEIXE CRU E DO QUILOMBO DE PORTO
CORÍS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 25 de junho 2014.


Fabrício Roberto Costa Oliveira


France Maria Gontijo Coelho


Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela caminhada, junto com os amigos, familiares e todos que estiveram presente. Também aquela pessoa que agora está na memória e que um dia foi razão de toda iniciativa e motivação. Estar na memória não significa estar distante, pois aquilo que foi presença um dia hoje está impresso em mim, traduzido em força em todas as batalhas.

Agradeço ao Prof. Marcelo Leles pelo incentivo e confiança nestes anos de trabalho.

Ao meu pai, irmãos e sobrinhos.

A todos muito obrigado.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	IV
LISTA DE FIGURAS	VI
LISTA DE QUADROS	VIII
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
INTRODUÇÃO.....	1
1 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	4
1.1– Os recortes do estudo.....	4
1.2 – Os caminhos metodológicos	4
2 – O VALE DO JEQUITINHONHA: A HISTÓRIA E AS FORÇAS DA MODERNIDADE	12
2.1 – Ocupação e povoamento do Vale do Jequitinhonha.....	12
2.2 – A Usina Hidrelétrica de Irapé: Uma obra e muitos conflitos.....	15
3- NOSSAS VIDAS À BEIRA DO RIO: OS ANTIGOS POVOADOS DE PEIXE CRU E PORTO CORÍS	30
3.1 – Peixe Cru e suas referências patrimoniais e culturais.....	30
3.2 - História e memória do Quilombo de Porto Corís	36
3.3 - Uma reflexão: Como era minha vida à beira do rio?.....	43
4 – REDESCOBRINDO A VIDA NUM REASSENTAMENTO	48
4.1 - O reassentamento dos atingidos e as negociações.....	48
4.2. As novas Agrovilas de Novo Peixe Cru e Porto Corís.	52
4.2.1 – A Agrovila de Novo Peixe Cru	52
4.2.1.1 – A infraestrutura e a nova organização espacial da comunidade.....	52
4.2.1.2 - O trabalho e a relação com a terra.....	56
4.2.1.3 - Cultura e tradição no Novo Peixe Cru.....	59
4.2.2 – A Nova Agrovila Remanescente de Quilombo de Porto Corís.....	61
4.2.2.1 – Organização espacial e infraestrutura no reassentamento	61
4.2.2.2 - O sistema produtivo.....	66
4.2.2.3 - Aspectos culturais.....	67
4.3 – Os dilemas de uma nova vida num novo lugar.....	69
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

LISTA DE SIGLAS

CANAMBRA – Iniciais de Canadá, Estados Unidos da América e Brasil.

CCB – Congregação Cristã do Brasil

CEMIG - Companhia Energética do Estado de Minas Gerais

CIF/COPAM - Câmara de Infraestrutura do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais

COPANOR – Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais

CPA/CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola da Empresa Campo Brasil Soluções Ambientalmente Sustentáveis ao Desenvolvimento do Agronegócio.

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FJP – Fundação João Pinheiro

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto e Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

LP – Licença Prévia

MPF – Ministério Público Federal

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UHE – Usina Hidrelétrica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.	15
Figura 2. Municípios atingidos pela Barragem de Irapé.	15
Figura 3. Barragem da Usina de Irapé.	16
Figura 4. Lago e redes de distribuição da Usina de Irapé.	16
Figura 5. Localização do Município de Turmalina, Minas Gerais.	31
Figura 6. Foto recente da Cidade de Turmalina.	31
Figura 7. Vista do antigo Povoado de Peixe Cru na década de 1960.	34
Figura 8. Foto da igreja do Bom Jesus no antigo Povoado de Peixe Cru antes do reassentamento.	34
Figura 9. Foto da igreja do Bom Jesus antigo Povoado de Peixe Cru.	35
Figura 10. Foto da igreja do Bom Jesus no atual Povoado de Peixe Cru.	35
Figura 11. Localização do município de Leme do Prado, Minas Gerais.	37
Figura 12. Maquete de uma das casas no antigo Quilombo de Porto Corís.	37
Figura 13. Foto recente da Cidade de Leme do Prado, Minas Gerais.	40
Figura 14. Foto do antigo Quilombo de Porto Corís à beira do Rio Jequitinhonha.	40
Figura 15: Agrovila de Novo Peixe Cru, em Turmalina, MG.	49
Figura 16. Foto da Agrovila de Novo Peixe Cru.	54
Figura 17. Foto da Agrovila de Novo Peixe Cru.	54
Figura 18. Foto da sede da Associação dos Moradores do Novo Peixe Cru.	55
Figura 19. Foto de uma barraquinha utilizada pelos comunitários em festas da comunidade situada em frente à sede da Associação.	55
Figura 20. Roça na Agrovila de Novo Peixe Cru.	56
Figura 21. Quintal das casas da Agrovila de Novo Peixe Cru.	56
Figura 22. Fábrica de farinha da Agrovila de Novo Peixe Cru.	58

Figura 23. Máquina de processamento da farinha na Agrovila de Novo Peixe Cru.	58
Figura 24. Processo de desmonte da Igreja do Bom Jesus na antiga comunidade em 2004.	60
Figura 25. Reconstrução da Igreja do Bom Jesus no reassentamento.	60
Figura 26. Vista geral do Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.	62
Figura 27. Vista geral do Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.	62
Figura 28. Escola do Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.	64
Figura 29. Área de lazer da Escola do Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.	64
Figura 30. Centro de Referência Histórico e Cultural do Reassentamento de Porto Corís..	65
Figura 31. Auditório do Centro de Referência Histórico e Cultural do Reassentamento de Porto Corís.	65
Figura 32. Sala de informática do Centro de Referência Histórico e Cultural do Reassentamento de Porto Corís.	65
Figura 33. Espaço para uso diverso do Centro de Referência Histórico e Cultural do Reassentamento de Porto Corís.	65
Figura 34. Áreas de pastagens no Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.	67
Figura 35. Pequena área de plantio no Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.	67
Figura 36. Centro de Referência do Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.	68
Figura 37. Congregação Cristã do Brasil no Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.	68
Figura 38. Painel com galeria de fotos de manifestações tradicionais da Comunidade de Novo Peixe Cru.	72
Figura 39. Painel sobre atividades pedagógicas na antiga Comunidade de Peixe Cru.	72
Figura 40. Reservatório de água da chuva na Agrovila de Novo Peixe Cru.	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Espaço da pesquisa: Municípios, comunidades estudadas e número de famílias atingidas	5
Quadro 2: Documentos pesquisados	7
Quadro 3: Municípios atingidos pela UHE Irapé e suas respectivas populações, 2013.	17
Quadro 4: População Total, por gênero, rural/urbana e Taxa de Urbanização no município de Turmalina, Minas Gerais, 2010.	32
Quadro 5: População Total, por gênero, rural/urbana e Taxa de Urbanização no município de Leme do Prado, Minas Gerais, 2010.	38

RESUMO

FREITAS, Gilmar Fialho de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, Junho de 2014. **Transformações na vida de atingidos por barragens no Vale do Jequitinhonha – MG: os casos da Comunidade de Peixe Cru e do Quilombo de Porto Corís.** Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira

A concretização dos grandes projetos hidrelétricos no Brasil traz à tona uma discussão fundada na dualidade entre as partes envolvidas no processo; de um lado os empreendedores, dotados de um discurso desenvolvimentista voltado às demandas de uma sociedade industrializada; e do outro as populações rurais atingidas, que compulsoriamente são deslocadas para um reassentamento. A partir desta constatação, esta dissertação tem por objetivo identificar as transformações ocorridas a partir da trajetória de vida dos reassentados da Usina Hidrelétrica de Irapé no Vale do Jequitinhonha, desde os locais de origem até o atual momento em que residem nos reassentamentos. O estudo foi realizado em duas comunidades recém-formadas por reassentados, que são: Comunidade Novo Peixe Cru em Turmalina – MG, e a Comunidade Remanescente de Quilombo de Porto Corís em Leme do Prado – MG. Para isso, utilizou-se como método principal o estudo de caso, com informações coletadas através de documentos escritos, entrevistas, observação participante e participação em reuniões das Associações de Moradores que formam os reassentamentos. Através deste estudo, constata-se que a trajetória de vida dessas populações que foram reassentadas é marcada pela inevitabilidade que um processo de reassentamento forçado possui, e que estes estão, constantemente, imersos em um processo de mudança e de re-significação dos seus meios de vida.

ABSTRACT

FREITAS, Gilmar Fialho de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2014. **Changes in the life of affected by dams in Vale do Jequitinhonha – MG: the cases of Community Peixe Cru and Quilombo Porto Corís.** Adviser: Marcelo Leles Romarco de Oliveira

The implementation of large hydropower projects in Brazil brings up a discussion based on the duality between the parties involved in the process on the one hand entrepreneurs endowed with a speech developmental facing the demands of an industrialized society, and the other rural populations affected, which are compulsorily displaced for resettlement. From this finding, this dissertation aims to understand the trajectory of lives of resettled Irapé Power Plant in Jequitinhonha's Valley, from the places of origin to the present time residing in resettlement. The study was conducted in two newly formed by resettled communities, which are: Community Novo Peixe Cru in Turmalina - MG, and Remnant Community Quilombo Porto Coris in Leme do Prado - MG. For this, we used as the primary method case study with information collected through written documents, interviews, participant observation and participation in meetings of neighborhood associations that form the resettlements. Through this study, it appears that the life histories of these populations were resettled inevitability that is marked by a process of forced resettlement has, and they are constantly immersed in a process of change and re-signification of their livelihoods

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre reassentamentos rurais de atingidos por barragens em Minas Gerais sempre acompanharam a minha formação acadêmica, o que despertou a motivação maior de realização deste estudo. Neste sentido, durante os anos de 2009 e 2010 tive a oportunidade de fazer parte de um grupo de pesquisa¹ que investigou as condições de vida das populações que foram atingidas por barragens no Vale do Jequitinhonha, tanto nos seus locais de origem como nas suas atuais localidades. Posteriormente, entre os anos de 2012 e 2014, cursando o Mestrado em Extensão Rural, tive a oportunidade de desenvolver um novo estudo, no qual apresento seus resultados ao longo desta dissertação.

Portanto, neste texto, são apresentadas algumas reflexões relacionadas a atingidos por barragens no estado de Minas Gerais, tomando como unidade de análise a Usina Hidrelétrica de Irapé (UHE)² no Vale do Jequitinhonha. A construção de empreendimentos como este instiga diversos questionamentos, dentre eles quais as transformações sociais, econômicas e culturais decorrentes de processos de reassentamentos de famílias atingidas por barragens³ nessa região.

Essas reflexões trazem-nos a questionar o discurso de que a construção das grandes barragens, assim como outras grandes obras de infraestrutura, passa pela justificativa, ou mesmo por uma promessa, de apoio ao desenvolvimento e progresso da região onde os empreendimentos são projetados e implantados. Os argumentos mais comuns que podem ser observados são de que esses investimentos se fundamentam em: novas oportunidades de empregos, na dinamização da economia local, na melhoria da infraestrutura disponibilizada à população, entre outros. Estes seriam classificados como os impactos positivos da construção das grandes barragens, levando-se em conta a perspectiva de seus empreendedores (Estado e Empresas).

Estes argumentos, não apontam e nem refletem os diversos impactos provocados junto às comunidades atingidas, direta e indiretamente, por esses empreendimentos. Por

¹ Grupo vinculado a Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa.

² Termo utilizado para se referir a grandes empreendimentos hidrelétricos.

³ Neste estudo, entende-se por “barragens” a construção feita para represar a água do rio com o objetivo de geração de energia elétrica, bem como o alagamento resultante da construção de tal obra. Este alagamento força a migração das populações afetadas.

exemplo, não se discute as dificuldades dos reassentados em reproduzir suas vidas sob novas bases materiais e organizacionais, especialmente longe da água⁴, elemento fundamental para o sucesso de suas atividades produtivas e referencial simbólico máximo de espacialidade. Um discurso desenvolvimentista e territorializador que vem dos interessados na construção de grandes empreendimentos hidrelétricos choca-se com uma realidade sensível e socioculturalmente construída ao longo da vida dos ribeirinhos, o que demonstra as profundas irracionalidades e injustiças cometidas quando o que está em jogo é a imposição e não o diálogo.

Nesse contexto, cita-se a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha estado de Minas Gerais, que impôs às famílias diretamente atingidas uma mudança forçada de seus territórios e conseqüentemente de seus meios de vida. Mesmo aquelas que optaram em permanecer próximas ao rio, no remanescente de suas propriedades atingidas, tiveram de se adequar ao novo ambiente que foi formado e às restrições de uso impostas pela formação do reservatório.

Uma característica a ser sublinhada é a de que a supressão da paisagem se deu de maneira abrupta, rompendo a dinâmica lenta da sucessão de paisagens. Populações foram removidas, laços sociais e de parentesco foram rompidos, bens culturais materiais e imateriais foram desfeitos.

Estudos já tem evidenciado que as comunidades atingidas possuíam formas diferenciadas de relações sociais, culturais, econômicas e territoriais que dificilmente poderão ser reaplicadas em outra realidade que, neste caso, se trata do reassentamento forçado, ou seja, a esse novo espaço produzido com a vinda do empreendimento, pois tende a homogeneização da diversidade sociocultural das comunidades que foram deslocadas pela implantação da hidrelétrica.

Enfim, para a realização desta pesquisa, inúmeras foram as responsabilidades ao se tratar de um tema tão importante, ao mesmo tempo em que é polêmico e extremamente complexo. Para atingir o objetivo central deste trabalho, que é identificar as transformações ocorridas a partir da trajetória de vida dos reassentados, foi preciso estar muito atento aos mais variados discursos e práticas sociais. É preciso ter sempre em mente o que afirma Bourdieu (1998), quando diz que o pesquisador deve refletir sobre sua inserção social, assim como as suas possibilidades e limitações ao lidar com

⁴ Via de regra, estas famílias são ribeirinhas, ou seja, possuíam fortes laços com o rio de outrora e que muitas vezes era único meio de sobrevivência destas.

um novo contexto político-social e sobre os efeitos das relações sociais observadas.

Tendo em mente estas considerações, o trabalho em questão foi realizado junto a duas comunidades reassentadas da Usina Hidrelétrica de Irapé na região do Vale do Jequitinhonha, nos municípios de Leme do Prado e Turmalina, Minas Gerais. São elas: Comunidade de Novo Peixe Cru e a Comunidade de Remanescente de Quilombos de Porto Corís. Nestas comunidades, a presença do pesquisador situou-se na intenção da realização de entrevistas, registros fotográficos, consulta a documentos, observações participantes e realização de reuniões com seus moradores.

Essas informações foram registradas e analisadas dando origem às quatro partes em que este trabalho se encontra dividido: No primeiro capítulo busca-se uma espacialização do estudo, assim como são apresentados os caminhos metodológicos percorridos para sua realização. Na sequência apresenta-se uma descrição histórica da ocupação do Vale do Jequitinhonha até o período da construção da Usina Hidrelétrica de Irapé, com ênfase nos conflitos que esta gerou. Um capítulo dedicado a descrever como era a vida das comunidades estudadas quando ainda se localizavam à beira do Rio Jequitinhonha. No capítulo final é apresentada a vida dos reassentados em suas atuais localidades, acompanhado de todos os dilemas que compreendem a nova vida num novo lugar.

1 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa, primeiramente, foi realizado um trabalho de campo de caráter exploratório em agosto de 2012⁵. Este momento foi proporcionado a fim de conhecer melhor a área no qual se propunha o estudo, que foi facilitado através de contatos, diálogos e observações, que serviram para a delimitação de um foco para a realização do mesmo. A partir de então, tendo estabelecido o assunto e o formalizado num projeto de pesquisa, devidamente registrado no Comitê de Ética da UFV, em Outubro de 2013⁶, retorna-se a campo por mais duas intensas semanas, a fim de coletar as informações que serão apresentadas ao longo desta dissertação.

1.1– Os recortes do estudo

Este trabalho foi realizado em duas comunidades de atingidos pela barragem de Irapé, as Agrovilas de Novo Peixe Cru e Porto Corís, localizados em dois municípios da parte média do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, são eles: Leme do Prado e Turmalina. Para melhor compreender a dinâmica espacial da pesquisa toma-se, inicialmente, como unidade de análise a Usina Hidrelétrica de Irapé, e posteriormente apresenta-se as comunidades escolhidas para o estudo⁷.

1.2 – Os caminhos metodológicos

Na perspectiva do estudo apresentado, tendo em vista o grande processo de reassentamento que marcou a vida dessas populações atingidas, também é importante destacar que trata-se de um processo extremamente dinâmico, em que as relações sociais e a organização das trajetórias de vidas não estão paradas e muito menos são lineares. Por isso a necessidade de algumas metodologias que fossem capazes de trazer à luz das investigações uma maior proximidade da realidade pesquisada, antevendo suas singularidades e a forma com que estas populações se relacionam com a natureza e seus

⁵ Neste período, compreendido por aproximadamente uma semana, foram realizadas visitas as comunidades reassentadas da região do Vale do Jequitinhonha, no qual a grande fonte de informações se deu através de conversas informais com os reassentados.

⁶ A realização deste campo foi compreendida num período de duas semanas.

⁷ Durante esta mesma seção, serão apresentados os critérios utilizados para a escolha das comunidades que fizeram parte do estudo.

recursos ao longo de suas vidas.

Através da complexidade que caracteriza o espaço de pesquisa deste trabalho, justifica-se a escolha pelo trabalho com metodologias qualitativas. Muita das vezes, a preferência em utilizar estas metodologias, justifica-se pela necessidade de compreensão dos fenômenos sociais situados em um determinado espaço. Isso porque, como bem destaca Haguete (1997, p. 63) “[...] os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termo de suas origens e de sua razão de ser”, ou seja, quaisquer aspectos dinâmicos e singulares que compõem o local de estudo poderão ser identificados e trabalhados posteriormente pelo pesquisador.

Nesse sentido, este trabalho configurou-se como um estudo de caso, que é um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade social que se analisa profundamente, que neste caso se trata de um espaço rural. Tem por objetivo, também, proporcionar vivência da realidade por meio da análise e tentativa de solução para um problema extraído da vida real. O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “quais”, “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem. Adotando um enfoque exploratório e descritivo, o pesquisador que pretende desenvolver um estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas, utilizando uma variedade de dados coletados por meio de variadas fontes de informação. O principal objetivo de um estudo de caso é, segundo Godoy (1995), aprofundar a descrição de um determinado fenômeno.

Os dados coletados no território de investigação foram de fundamental valia para dar conta do desafio de juntar os pedaços – das diversas dinâmicas analisadas – para entender e localizar as áreas rurais que constituíram a base deste estudo, compreendidos aqui como espaços históricos, políticos, sociais, econômicos e culturalmente instituídos e instituidores de identidades.

Tendo em vista as apresentações feitas, as duas comunidades de reassentados que foram estudadas comportam 41 famílias, assim distribuídas:

Quadro 1: Espaço da pesquisa: Municípios, comunidades estudadas e número de famílias atingidas

Municípios	Comunidades selecionadas	Nº de famílias reassentadas
Leme do Prado	Remanescente de Quilombo	19 famílias

	Porto Corís	
Turmalina	Povoado de Novo Peixe Cru	22 famílias
Total	2 Comunidades	41 famílias

Fonte: Dados do autor, 2013.

A seleção dos municípios investigados e suas respectivas comunidades levaram em consideração alguns critérios apresentados a seguir:

Ter sido um reassentamento da UHE de Irapé

A escolha de reassentamentos formados por famílias atingidas pelo empreendimento de Irapé deve-se ao fato da enorme repercussão gerada na região, principalmente devido ao alto número de famílias que foram realocadas, mais de 1000 famílias de sete municípios da região. A escolha de se estudar especificamente os atingidos deste empreendimento também leva em consideração a proximidade e conhecimento prévio do pesquisador sobre diversos assuntos que este compreende, e que foram desenvolvidos ao longo de outros estudos.

Ser um reassentamento situado em municípios que foram afetados pelo empreendimento

Tendo em vista a consideração primeira, um segundo critério utilizado para a escolha das comunidades aonde se realizou a pesquisa diz respeito aos reassentamentos que estão situados em terras próximas ao local do empreendimento, ou seja, reassentamentos formados em outros lugares no mesmo município de origem das famílias. Este critério tem como intenção desconsiderar aqueles reassentamentos formados em outras regiões do estado de Minas Gerais, como por exemplo, na Zona da Mata, e também em áreas no interior do Estado de São Paulo⁸.

Ser um reassentamento que busca reproduzir as mesmas estruturas e relações da comunidade de origem

⁸ O reassentamento de famílias em outros lugares, principalmente no interior de São Paulo, se deu a partir de terras adquiridas pelo empreendedor nestas áreas e o interesse das famílias em morarem em lugares mais distantes, principalmente para a alternativa de se trabalhar em outras atividades, como industriais e de serviços.

Nas comunidades de origem do Vale do Jequitinhonha era muito comum o agrupamento das famílias em pequenos povoados e o restante das famílias ficavam dispersas ao longo da beira do rio, mas em pequenas distâncias inferiores a um quilômetro. Tendo em vista a existência destes pequenos povoados nos locais de origem, o que facilitava as relações entre seus habitantes, algumas comunidades do atual reassentamento foram pensadas e organizadas na tentativa de reproduzir o máximo possível o estilo de vida das antigas aglomerações.

Neste sentido, os dois principais e mais conhecidos povoados da região atingida formam agora novas comunidades organizadas num modelo de agrovilas, o Povoado de Novo Peixe Cru (um dos mais tradicionais e reconhecidos povoados da região) e o Quilombo de Porto Coris (que foi a primeira comunidade no estado de Minas Gerais a receber o certificado de remanescente de quilombo no ano de 2000). Devido ao grande reconhecimento que cada uma destas duas comunidades foi adquirindo ao longo dos anos, principalmente através de seu rico acervo sociocultural, que despertou-me a atenção para tomá-los como espaço de interesse desta pesquisa, assim como da possibilidade de atingir seus objetivos.

Apresentado os critérios de seleção das comunidades, agora são descritos os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados. Nesse sentido, tendo em vista as delimitações espaciais feitas, neste estudo, uma das fontes utilizadas para a obtenção de dados foram os documentos escritos, que possuem uma grande importância na concretização de um empreendimento dessa espécie. Entretanto, o documento escrito deve ser considerado como um dos possíveis instrumentos de pesquisa, que serviu à comparação entre os diferentes discursos.

A seguir apresenta-se uma lista de documentos acessados:

Quadro 2: Documentos pesquisados

Fonte	Tipo de Documentos	Informações
Pesquisas Bibliográficas	Livros, artigos científicos e relatórios de outras pesquisas feitas na mesma região.	O conflito causado pelos empreendimentos hidrelétricos pelo país a na região estudada.
Matéria de Jornal	Jornal Folha de São Paulo, 11 de Agosto de 2003.	O remanejamento do Quilombo de Porto Coris pelo empreendimento Irapé

Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Reassentamentos de Novo Peixe Cru e Porto Corís. (Empreendedores)	Documentos elaborados pela parceria entre CEMIG, CPA-CAMPO e EMATER-MG, como parte dos requisitos para o aproveitamento hidrelétrico de Irapé.	A formação dos reassentamentos. Os critérios de escolha das terras e formação dos lotes. O parcelamento das fazendas adquiridas. A assistência técnica prestada aos reassentados nos últimos anos.
Relatório de Identificação da Comunidade Negra Rural e Porto Corís, Município de Leme do Prado – MG. (Fundação Palmares)	Relatório elaborado em 1997 por solicitação do Projeto Mapeamento e Sistematização das Áreas de Remanescentes de Quilombos, tendo como convenientes a Fundação Cultural Palmares e a Universidade Federal de Alagoas.	Descrição histórica de formação do Quilombo de Porto Corís. As suas primeiras famílias e seus descendentes.
Plano de acordo do Reassentamento das Famílias Atingidas por Irapé (Elaborado pelo Empreendedor)	Documento elaborado com a finalidade de estabelecer todos os direitos e deveres dos atingidos por Irapé no processo de reassentamento.	Estabelecer alguns parâmetros e comparações entre aquilo que era previsto e o que realmente foi executado.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Somando-se à importância da obtenção destes documentos, também utilizou-se da técnica de entrevistas, no qual desempenhou a função de garantir momentos de interação direta com os sujeitos. Este é um espaço de argumentação recíproca e supõe certa proximidade entre pesquisador e informante, constituindo-se um processo de interação no qual possibilitou o detalhamento do tema em questão. Richardson (2009, p. 207) apresenta uma interessante justificativa para o uso das entrevistas nas pesquisas sociais afirmando que:

A melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos.

Conforme orientações de Richardson (2009), as chamadas entrevistas guiadas são aquelas que o pesquisador pauta algumas questões que lhe são de interesse, e que a

partir destas informações formula alguns pontos que serão tratados na entrevista⁹. Para estas foram escolhidas duas famílias de cada comunidade¹⁰ para serem entrevistadas, estabelecendo nestas famílias perspectivas etárias de acordo com os membros que a compreendem, ou seja, intencionou-se a busca pelo discurso dos idosos, jovens e pessoas de meia idade que compõem a família sobre as questões que foram propostas neste estudo. Esta escolha foi justificada pela necessidade de compreensão sobre o que cada faixa etária destacada considera em relação às suas trajetórias de vida e em relação às suas perspectivas futuras.

A escolha destas duas famílias de cada comunidade para a realização das entrevistas se deu no momento em que o pesquisador estava em campo. Para isto, um dos critérios mais importantes foi a busca por famílias compostas por pessoas com maior amplitude de faixa etária entre seus membros, haja vista que algumas famílias possuíam pessoas de idades próximas ou concentradas numa mesma faixa etária.

Porém, em nenhum momento estas entrevistas foram feitas sem um consentimento livre e esclarecido, assim como não se interferiu na liberdade de expressão do entrevistado. Todos os participantes das entrevistas¹¹ assinaram um termo autorizando o pesquisador a realização de suas atividades durante o trabalho de campo. Através destas entrevistas, intencionou-se abordá-los sobre a vida em suas antigas localidades, a expectativa criada com a possibilidade do reassentamento e a organização de suas vidas no momento atual.

Além das entrevistas foi utilizada a técnica de observação participante, que neste caso é justificada pela necessidade do pesquisador estar atento aos fenômenos ocorridos durante a sua presença na área de estudo. Como destaca Richardson (2009, p.260) “Baseados nos objetivos da pesquisa, e por meio de seu roteiro de observação, ele procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessa ao seu trabalho”. Este instrumento de pesquisa também pressupõem que haja um bom nível de confiança e aproximação entre entrevistado e entrevistador, e abre inúmeras possibilidades de novas descobertas que possam estar além da realidade que se observa.

Assim, para bem utilizar a observação participante no trabalho em questão foi elaborado um roteiro com pontos-chaves para o momento de estar no campo. O olhar que aqui se realizou diz respeito à possibilidade de maior conhecimento da

⁹ Em anexo encontra-se o roteiro utilizado durante as entrevistas.

¹⁰ No total, estas quatro famílias selecionadas aleatoriamente, são compostas por um total de 13 membros.

¹¹ Todos com mais de 18 anos de idade.

problemática de estudo, das organizações, das associações¹² e das atividades que realizam, assim como uma descrição dos aspectos físicos e geográficos do território. Estas atividades foram desenvolvidas com o máximo de discrição possível, afim de que os atingidos não se sentissem constrangidos com a presença do pesquisador em seu espaço de vida. Todas estas observações foram registradas num caderno de campo, para que fossem consultadas posteriormente.

Também foram relevantes para estas investigações os momentos de interação entre as pessoas dos grupos de moradores, como no caso de participação nas reuniões periódicas que são realizadas nas sedes de cada Associação de Moradores. Nesses momentos, algumas intervenções foram feitas pelo pesquisador/facilitador, o que possibilitou o levantamento de informações objetivas e subjetivas sobre a história das duas comunidades. Fato este que contribuiu para que o pesquisador e aos participantes pudessem ter maior conhecimento sobre seus espaços de vida e até mesmo das transformações que foram ocorrendo ao longo dos anos. Somando a este procedimento, também foi utilizada a técnica da construção da linha do tempo, no qual durante a interação com os reassentados foi possível investigar os fatos principais ocorridos ao longo dos últimos anos de suas vidas, incluindo toda a dinâmica que o reassentamento significou/significa para essas famílias.

A utilização de técnicas de trabalho em grupo com famílias reassentadas produziu informações que seriam difíceis de conseguir fora da interação que se processa em atividades desse tipo. Para a aquisição destas informações, ao representante de cada Associação de Moradores (Presidente da Associação) o pesquisador apresentou uma autorização a ser assinada pelo responsável, tendo em vista o seu parecer favorável após a apresentação de todos os esclarecimentos sobre a realização da pesquisa.

A organização/sistematização das informações coletadas através dos documentos, das entrevistas, observações e reuniões com as comunidades, foram situadas na direção de contemplar categorias para o entendimento da problemática. Organizar o material significou processar a leitura, segundo critérios de análise de conteúdo, conforme algumas técnicas, tais como: fichamento, levantamento qualitativo de termos e assuntos recorrentes e, ainda, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio. Dessas ações, resulta a organização de descrições, nos quais estão

¹² Todos as investigações feitas pelo pesquisador nas comunidades estudadas foram devidamente autorizadas pelos Presidentes das Associações de Moradores.

explicitadas as temáticas que recorrentemente se fizeram presentes nos relatos dos participantes de cada estudo.

Neste exercício de interpretação das informações coletadas no processo comunicativo destaca-se o uso e a importância da técnica de análise de conteúdo. Acredita-se que uma das vantagens desse tipo de estudo seja possibilitar o estabelecimento de relações entre as informações coletadas sem perder de vista sua contextualização, tal como sugere Bardin (1988, p. 38) em seu estudo “[...] a análise de conteúdo constitui-se em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Tal processo, dedutivo ou inferencial, prevê a identificação de significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, dentre outros.

2 – O VALE DO JEQUITINHONHA: A HISTÓRIA E AS FORÇAS DA MODERNIDADE

2.1 – Ocupação e povoamento do Vale do Jequitinhonha

Os registros históricos mais confiáveis sobre o início da ocupação do Vale do Jequitinhonha remontam à entrada dos bandeirantes paulistas na virada do século XVII. Porém, antigos relatos afirmam que a luta pela conquista do Vale do Jequitinhonha se deu ainda no século XVI, quando uma primeira expedição em busca de ouro e pedras preciosas, adentrou ao interior do território colonial no ano de 1553, partindo da capitania de Porto Seguro em direção ao norte, atingindo a foz do Rio Jequitinhonha, e sendo percorrido por aproximadamente dois mil quilômetro de seu leito.

Entretanto, essas primeiras expedições ao longo do Vale do Jequitinhonha, não encontraram ouro ou pedras preciosas, apenas descobriu-se um território, de expressivas riquezas naturais, e habitado por um grande contingente de indígenas, chamados de Tapuias, “[...] que é uma geração de índios bestial e feroz[...]” como registra Capistrano de Abreu (1988, p.09).

A primeira descoberta de ouro, nos primórdios do século XVIII, processou-se próximo às nascentes do Rio Jequitinhonha, quando uma bandeira liderada por Antônio Soares Ferreira, encontrou as minas de Ivituruí. A partir desse rastro do ouro, os aventureiros desceram o Rio Jequitinhonha e entraram pelos seus afluentes, vencendo e dizimando as resistências indígenas e instaurando a ocupação do vale, através de vilas e povoados.

Vários foram os obstáculos à penetração das frentes de ocupação, principalmente no médio e baixo Jequitinhonha. Dentre eles, destacam-se a resistência dos índios, o acidentado relevo do complexo da Serra do Espinhaço, as constantes dificuldades de comunicação e a densidade da Mata Atlântica. Entretanto, a apropriação do homem sob o meio natural da região se deu de forma intensa e inevitável, sobretudo a partir do momento em que a Coroa Portuguesa exerceu sua dominação. Assim, no ano de 1734, ocorre a demarcação da região, criando o distrito Diamantino, diretamente subordinado a Lisboa.

A ocupação do Vale do Jequitinhonha significou grandes transformações em

diversos âmbitos, sobretudo nas esferas sociais e ambientais. A memória da grande aventura da ocupação dos sertões do Vale está em parte ainda preservada em conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, e em inúmeras manifestações culturais, tombados por diversos órgãos governamentais e voluntários de preservação da memória histórica da região. Porém, não se pode dizer o mesmo na esfera ambiental, que se encontra ameaçada a mais de 300 anos, pela continuidade dos garimpos predatórios, pela expansão da agricultura e pecuária, pela expansão das grandes monoculturas de eucaliptos, e pela construção de barragens contemporâneas.

Poucos resquícios da ocupação pré-colonial do vale ainda permanecem, já que os grupos indígenas que o habitavam foram escravizados ou dizimados pelos conquistadores. Os elementos materiais e simbólicos, produzidos por estes grupos, na sua existência nômade e seminômade nas matas da região do vale, foram abruptamente destruídos.

Já as ocupações do período da mineração e épocas posteriores, constituíram inúmeras riquezas artísticas e culturais que enobrecem o Vale do Jequitinhonha. A marcante diversidade das paisagens culturais é fruto, basicamente, das diferentes formas de ocupação humana, engendradas no longo processo adaptativo e transformativo pelo quais os homens vêm interagindo com os perfis naturais do vale, constituindo realidades culturais singulares nas regiões cortadas pelo rio e seus afluentes.

As principais fontes de estudos sobre o Vale do Jequitinhonha provêm da sua literatura histórica, elaboradas por cronistas, memorialistas, naturalistas, viajantes e historiadores. Elabora-se, portanto, um verdadeiro jogo diacrônico entre presente e passado, onde são evidentes os elementos de transformação e permanência das sucessivas paisagens históricas e geográficas da região.

O Vale do Jequitinhonha ainda é uma região de grandes incompletudes sociais, sendo imprescindível à análise da abordagem de cunho sociológico ou político à diversidade que o caracteriza. A realidade e a diversidade sociocultural do Vale é uma marca fundamental na sua identidade. A ligação singular entre as características naturais da região com a população que ao longo de três séculos a ocupa, exemplifica o estreitamento de suas disparidades. Nesse sentido, o Vale recupera certa unidade, compreendendo em um mesmo lugar multiplicidades étnicas, religiosas, de paisagens histórico-culturais, e de perfis geográficos.

Todo o processo de ocupação, inspirados pela ânsia de riqueza e de

exercício da territorialidade, forjou de certa maneira, a singularidade do território em torno da identidade e da multiplicidade de suas paisagens, intercalando história e cultura com as novas e potentes forças da contemporaneidade.

Em termos ambientais, as ações predatórias da atividade mineradora que permanecem até hoje, tornam a paisagem do Alto Jequitinhonha bizarra e em contínuas transformações. O rio foi, e continua sendo barrado e desviado em vários pontos, para formar reservatórios de operação das dragas. Geralmente, este processo de dragagem, envolve a remoção de grande quantidade de areia e cascalho dos bolsões, que são, em sua maioria, depositados nas margens dos bolsões ou do próprio rio, formando verdadeiros desertos destituídos totalmente de vegetação.

A paisagem que, principalmente no período seco do ano, pode ser observada nas áreas de extração mineral do Alto Jequitinhonha, na realidade, constitui uma soma das multiplicidades de resultados de séculos de atividade extrativa. A mineração começou ainda de modo artesanal, a partir do remeximento do leito dos cursos d'água e de construção de enormes galerias nas montanhas para a exploração do ouro. Sucessivas camadas históricas da atividade humana estão impressas ainda hoje nessas paisagens.

A sociedade produzida pela mineração de ouro e diamante reproduziu os dilemas e contradições da atividade econômica, e criou novas figuras sociais na região, entre elas a figura do garimpeiro, novo personagem que surgiu da extração ilegal de diamantes.

Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado; era aquele que, condenado ao degredo para o solo ardente africano, vendo sua família na miséria, por lhe terem sido confiscado todos os bens, por qualquer arte ou casualidade escapava à punição e ia homiziar-se nos profundos recônditos das nossas brenhas, e onde poderia talvez oferecer algum auxílio à família, que fora obrigado a abandonar, e ver ainda a pátria, filhos, parentes ou amigos, de quem já se despedira para sempre; era finalmente o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro, que ia buscar fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos e emoções (JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS, 1978, P.108).

Somando a esta ânsia por obtenção de riquezas, todo acúmulo de vários séculos da ação humana sobre as paisagens do Vale do Jequitinhonha, principalmente para exploração de riquezas naturais, imprimiu a este um amplo e rico acervo cultural,

em boa parte ainda preservado, assim como uma grande modificação nas características geográficas de sua região. A preservação de hábitos culturais e de construções históricas erguidas por séculos de ocupação, também hoje, são ameaçadas por forças tecnológicas que estão contribuindo para a supressão da paisagem, destacando-se o atual aproveitamento do potencial energético do Rio Jequitinhonha para a geração de energia elétrica.

2.2 – A Usina Hidrelétrica de Irapé: Uma obra e muitos conflitos

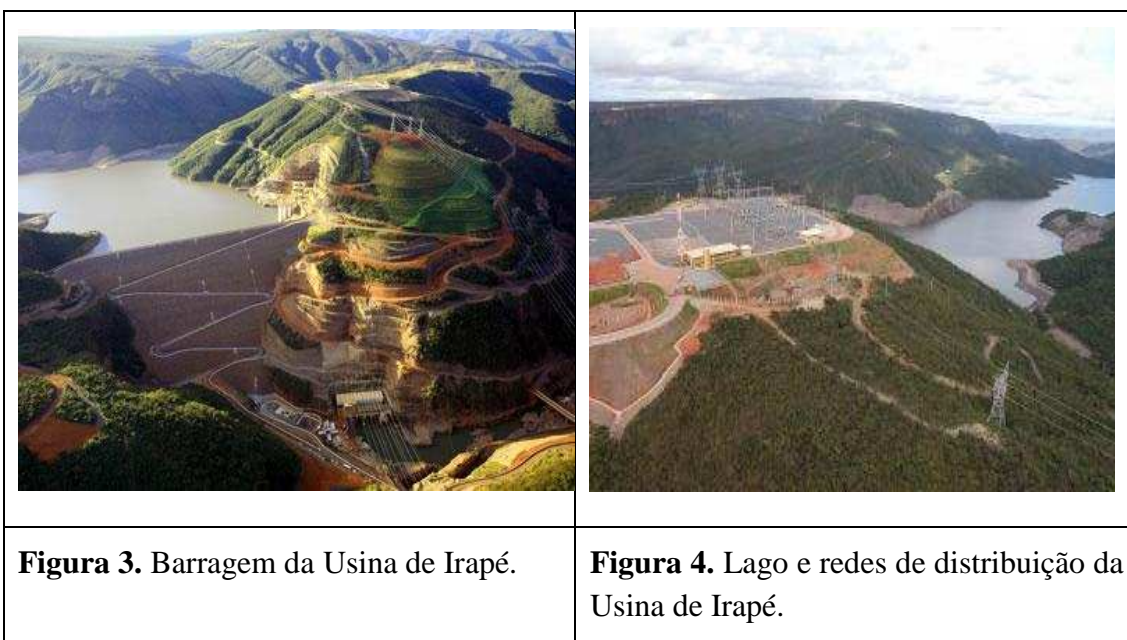
Uma das maiores obras da história do Vale do Jequitinhonha foi a construção da Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek, mais conhecida como Usina de Irapé¹³, que pertence à Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG). A obra foi concluída em oito de junho de 2006, tendo suas origens com os primeiros estudos energéticos realizados no estado de Minas Gerais, elaborados pela CANAMBRA em 1963. Estes estudos apontaram as possibilidades hidroelétricas do Rio Jequitinhonha. As figuras a seguir apresentam a localização do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais e os sete municípios atingidos pela inundação de terras.

<p>Figura 1. Localização do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.</p>	<p>Figura 2. Municípios atingidos pela Barragem de Irapé.</p>

Cerca de quarenta anos depois, avaliou-se que, tecnicamente, o Projeto de Irapé

¹³ A partir deste momento será usado como referência o nome “Usina de Irapé”, maneira como o empreendimento é popularmente conhecido.

era complexo e desafiador por combinar características físicas e geológicas adversas. No entanto, na ótica dos empreendedores, representava investimento em infraestrutura para o crescimento da região, significando milhares de empregos, oportunidade de qualificação de mão de obra, aumento da receita dos municípios atingidos com os royalties, ativação do comércio e ofertas de serviços.



Fonte: Imagens da internet, 2014.

Porém, a construção de tal obra, acarretou o remanejamento de cerca de mil famílias ribeirinhas. O alagamento resultante do barramento do Rio Jequitinhonha atingiu núcleos urbanos e áreas rurais numa extensão de 115 quilômetros do curso do rio e de 50 quilômetros de um dos seus afluentes, o Rio Itacambiruçu. Em torno de 3.500 pessoas, residentes em 47 comunidades ribeirinhas, em áreas de 7 municípios mineiros (Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina, Grão Mogol, Cristália e Botumirim) foram afetadas e deslocadas ou até mesmo expulsas de suas terras. Para se ter uma ideia sobre esses municípios, o Quadro 1 apresenta a população de cada um de acordo com o Censo de 2010 do IBGE.

Quadro 3: Municípios atingidos pela UHE Irapé e suas respectivas populações, 2010.

Municípios	População Total
Berilo	12.300
Botumirim	6.497
Cristália	5.760
Grão Mogol	15.024
José Gonçalves de Minas	4.553
Leme do Prado	4.804
Turmalina	18.055
Total	66.993

Fonte: IBGE 2010

Quando a CEMIG fala que cerca de 5000 pessoas destes sete municípios foram atingidas diretamente pela construção da barragem de Irapé, estamos também afirmando que cerca de 7,5% do total de habitantes foram atingidos, o que é um percentual bastante elevado.

Além do mais, o reservatório de Irapé ocupou uma região formada por comunidades tradicionais, dedicadas majoritariamente às atividades agropecuárias. Esses atingidos eram lavradores, roceiros, vaqueiros e cortadores de cana. Além desse grupo, aparecem os pequenos comerciantes; os pequenos garimpeiros de diamante, ouro e cristal; os trabalhadores domésticos; e os que trabalham em estabelecimentos industriais ligados aos recursos naturais da região, tais como fábricas de farinha, de cachaça, de rapadura, de doces e de telhas.

Porém, o Projeto Irapé previa que os grupos atingidos recebessem terras de qualidade, assessoria e assistência técnica nos reassentamentos. Devido a isso, posteriormente, a CEMIG elaborou um plano de ações voltadas à preservação das comunidades de origem, das relações de vizinhança e da base produtiva existente. Atualmente, esse plano ainda está em vigor e vem tentando organizar, ou mesmo auxiliar, a vida dos atingidos em suas novas localidades.

Em contrapartida, grande parte dos dilemas atuais sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé têm suas raízes ainda no processo de viabilização e, posteriormente, de Licenciamento Ambiental da obra. Nunca ficou escondido que a

construção deste empreendimento era para atender demandas industriais e não os muitos habitantes que ocupam a região do Vale do Jequitinhonha. Também nestes estudos elaborados, uma das grandes questões discutidas para a obtenção da Licença Prévia (LP) de implantação da obra foi a questão de buscar terras de qualidade para formar os reassentamentos, já que se antevia as limitações de acesso à água na região.

Assim, todo o processo de negociações e construção do empreendimento Irapé envolveu primeiramente as ações das esferas governamentais do estado de Minas Gerais juntamente com a esfera Federal, ou seja, a primeira mobilização política ocorre com a finalidade de esclarecer a importância da obra para as aspirações do governo e quais os procedimentos que seriam necessários.

Posteriormente, ocorreu a busca pelos parceiros institucionais que viabilizasse financeiramente a obra, assim como as empresas que a executaria. É interessante destacar que só depois o caso se torna público¹⁴. Todo este processo é estratégico, em que as possibilidades de discussão dos impactos acontecem quando todo empreendimento já se encontra articulado para a sua execução.

Porém, durante os trâmites de viabilização e execução da obra de Irapé muitas irregularidades foram registradas. De acordo com Zucarelli (2006) muitas cartas foram enviadas por diversas instituições internacionais para os órgãos ambientais brasileiros como forma de protesto aos desrespeitos cometidos em relação aos direitos sociais dos atingidos.

No ano de 2003, a UHE Irapé entrou na lista do “Sinal Vermelho” que é uma lista on-line que monitora os riscos sociais e ambientais dos projetos de desenvolvimento no Brasil. Durante o processo de remanejamentos das famílias atingidas registrou-se a formação de organizações de resistência contra o processo de expropriação, muito baseado em formações de comissões¹⁵.

A seguir apresenta-se um retrato muito importante daquilo que foram as discussões em torno da viabilização e concretização do empreendimento Irapé apresentado por Zucarelli (2006,p.55-56). Este autor destaca o pronunciamento de José

¹⁴ Esta afirmação condiz com as informações coletadas de que a construção da Hidrelétrica de Irapé ganha destaque no momento das audiências públicas para a resolução das questões referentes ao reassentamento das famílias atingidas, ou seja, quando todos os estudos para a construção do empreendimento já estavam previamente elaborados.

¹⁵ Estas comissões foram formadas pelos reassentados para facilitar a mobilização em favor das suas reivindicações. Estas situam-se, principalmente, em relação à busca de melhorias na qualidade de vida dos comunitários.

Antônio Andrade, presidente da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé, dia 26 de abril de 2002. Na ocasião, estava em votação a Licença de Instalação para a construção da UHE Irapé, na Câmara de Infraestrutura do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais – CIF/COPAM:

Isso é lamentável, quando se trata aqui o Vale do Jequitinhonha. Os miseráveis. São miseráveis por falta de competência, por falta de capacidade, de vergonha na cara dos políticos que lá vão e buscam o voto, e não devolve a nós a dignidade, o direito de viver. Isso é importante saber que lá, existe as grandes reflorestadora que expulsou uma parte do povo pra umas pequenas glebas de terra dentro das grotas. E agora, se constrói barragem e cobre essas terras dentro das grotas aonde o povo trabalha e de lá tira o sustento pra família, sem uma proposta, por quê? Se tivesse uma proposta, conforme o presidente (CEMIG), o representante do empreendedor aqui falou, se tivesse uma proposta, nós estaríamos reivindicando o quê? [...] não se trata Vale do Jequitinhonha, não se trata famílias de miseráveis, trata de famílias excluídas dos processos, dos dinheiros públicos que vem pra população do Vale do Jequitinhonha. E eu não tô falando aqui como assessoria, não tô falando como advogado, tô falando como um trabalhador rural que nem oportunidade de sentar num banco de escola tive. Porque isso? A competência tá ni quem? [...] nós, trabalhadores rurais, que vamo tá mais excluído no processo, não temos ainda conhecimento, quem é esse desenvolvimento, na verdade, vai desenvolver. Porque nós temos isso concreto que qualquer coisa que chega pro lugar, qualquer coisa, quem se desfruta delas mais são os maiores (ZUCARELLI, 2006, P.55-56).

O que mais chama a atenção no discurso anterior é a já mencionada verticalidade com que a obra foi implantada na região. Pouco se discutiu a viabilidade do projeto ao longo dos últimos quarenta anos de estudos, e de uma hora pra outra uma obra gigantesca já começava a se despontar, e rapidamente estava em operação. A pouca margem de discussão através da redução de oportunidades de debates também é uma estratégia muito eficaz para os empreendedores. O caráter imediatista não favorece a discussão de alternativas, as opções já vieram prontas.

Assim, quando inicialmente apresentava pontos de destaque sobre o Vale do Jequitinhonha¹⁶, também algumas vezes referenciado como “O Vale da Miséria”, principalmente no momento em que se implanta esse grande empreendimento hidrelétrico em seus limites, traz-se como relevante a necessidade de compreensão da dinâmica de vida que se desenvolveu na região ao longo do tempo, a fim de que os

¹⁶ Também algumas vezes referenciado como “O Vale da Miséria”, fazendo menção aos inúmeros registros de condições precárias de vida nessa região.

conflitos socioambientais¹⁷ se tornem mais perceptíveis, porque, assim como afirma Little (2001), esse tipo de conflito não só envolve a luta pelos recursos naturais como também uma luta incessante por sobreposição ou defesa dos valores e dos modos de vida das partes envolvidas.

Por isso, é importante ter em mente, que a ocupação de um determinado espaço para construção de hidrelétricas, quase sempre, não se trata de um espaço destituído de pessoas e significados. Como é apresentado pelo estudo de Martinez-Alier (2002), em que fala de espaços ambientais plenamente utilizados pelos grupos sociais, tanto para a obtenção dos recursos, como também para a destinação dos afluentes. Estas afirmações trazem-nos ao questionamento das ideias de que a geração de energia a partir das hidrelétricas é mais limpa, barata e menos impactante. Isso porque não se leva em conta os custos sociais. Apesar de inúmeras ações, como reassentamento e indenizações, não se mitiga e compensa as especificidades e funções ecológicas da natureza e nem os modos de vida e padrões culturais das comunidades atingidas.

Para tanto, alguns indicadores são muito importantes para se avaliar os impactos de determinados empreendimentos, entre esses destacamos os aspectos antrópicos e seus elementos culturais. São os indicadores sociais que informam o grau de interferência do homem sobre o meio ambiente e sua capacidade de transformação em seu benefício, sempre promovendo ajustes entre aquilo que a natureza oferece, com a satisfação de suas necessidades. Enfim, os elementos culturais expressam o comportamento do homem no meio em que vive frente às facilidades e adversidades de seu cotidiano. Negligenciar a cultura, principalmente na avaliação desses empreendimentos, significaria atingir ou até mesmo eliminar, sua identidade social, ou por em risco a organização da sociedade.

A execução dos projetos, apesar de todas as avaliações que são submetidos, implica um sério conflito entre a região impactada e os interesses sustentados no desenvolvimento regional. A necessidade de suprimento energéticos das nações para manter o crescimento de suas economias, se rebate, com a geração de inúmeros impactos, e em algumas vezes, a marginalização da população atingida pelos reservatórios. A expectativa sobre os empreendimentos da atualidade é que haja a compatibilidade entre interesses públicos e privados em relação às variáveis

¹⁷ Destaco que apesar do debate sobre o que se define como conflito socioambiental ou ambiental, a utilização de ambos os termos é de grande relevância à discussão estabelecida.

socioambientais destes.

Efetivamente, se desejamos um desenvolvimento sustentado – um empreendimento que, ao favorecer o crescimento nacional, gere benefícios reais à população afetada pelo aproveitamento – temos de criar maior número de opções para um maior número de pessoas e por muito mais tempo, pensando nos personagens, ainda que involuntários, do processo (MULLER, 1995, P.100).

Porém, a nova preocupação ambiental das últimas décadas tem produzido diversas inquietações e questionamentos em vários segmentos sociais, tanto a seu favor como contra os seus princípios. A ideia de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável se rebate de forma incessante, com a inserção de sentidos políticos e econômicos atribuídos a diversos recursos naturais do planeta.

A introdução de novos princípios ambientais da era moderna implica um reajuste ao comportamento das pessoas e de diversos órgãos responsáveis pela utilização e exploração da natureza. Ainda permanece um enorme abismo entre os discursos e as práticas, e entre a transformação de intenções em ações concretas. Uma das possíveis razões da existência desses dilemas é o ainda recente desenvolvimento do conhecimento necessário à aplicação de alternativas solucionadoras.

Assim, algo que fica muito evidente nas questões apresentadas se trata da existência dos conflitos. Para a elaboração de uma análise que pretenda destacar aspectos essenciais deste conceito, se torna muito importante um diálogo com alguns dos principais autores que abordam a teoria do conflito. De início, busca-se uma tentativa de mapear algumas discussões fundamentais ao estudo que se segue e, sobretudo, de compreender em que medida estes autores e suas teorias podem estar contribuindo para a discussão atual sobre a questão aqui estudada. Como bem afirma Viégas (2009, p.147),

Discutir o conceito de conflito, processo que ocupa lugar essencial nas mais diversas teorias sociológicas, clássicas e contemporâneas, implica também discutir as oposições paradigmáticas aí presentes como integração e ruptura, consenso e dissenso, estabilidade e mudança, noções que correspondem a concepções diferentes de sociedade e de produção do conhecimento.

Como antes falado, no campo das ciências sociais são muitos os autores que abordam a temática dos conflitos. Entre eles está Georg Simmel (1858-1918), que segundo sua visão os conflitos são analisados como formas de interação social que são

capazes de transformar unidades e organizações. De acordo com Nascimento (2010, *apud* SIMMEL, 1969) o conflito aparece como uma forma de resolver os embates através da obtenção de algum tipo de unidade, ou seja, sempre há um lado positivo e um lado negativo que são constantemente integrados. Este autor constrói uma teoria sociológica do conflito que se costuma chamar de sociologia da ação.

Simmel possui uma visão de que o conflito deve ser visto também como uma forma de sociação, ou seja, um processo marcado pela tentativa de resolução de tensões e divergências, de modo que se confere solidariedade e coesão à vida social. O mesmo autor não mede esforços também em enfatizar que os conflitos possuem o propósito da obtenção da harmonia e do equilíbrio social e que diversos exemplos históricos de obtenção da unidade a partir dos conflitos são essenciais à vida do grupo e sua continuidade. Segundo suas teorias, não é nada demais pensar que os conflitos serviriam de mudanças fundamentais para o progresso e o desenvolvimento social.

Portanto, o desenrolar da história acaba conferindo ao comportamento do homem um acordo com os ditames da sociedade em que está inserido. Conforme as afirmações de Elias (1994), o conflito que é explicitado entre indivíduos e grupos se trata de uma constante nos coletivos humanos, seja por recursos materiais ou simbólicos. Quando em tal obra este autor discorre sobre as influências que a civilização exerceu ao longo da história sobre o comportamento do homem, não hesita em afirmar que o processo de civilização se trata justamente da regulação dos conflitos, ou seja, a sociedade sempre foi transformando o indivíduo.

Nessa perspectiva, ao estabelecermos a tentativa de relacionar as teorias do conflito com a questão ambiental abre-se um campo muito vasto de discussões, já que as temáticas ambientais se tornaram extremamente evidentes nas últimas décadas. Conforme aponta Alonso & Costa (2000) é a partir da década de 80 que se observa no Brasil um interesse relevante das ciências sociais com a questão ambiental. São Filósofos, Geógrafos, Sociólogos e também outros profissionais das ciências da natureza.

De acordo com Alonso & Costa (2000), neste momento, abre-se as portas para associar uma abordagem cultural e política dos condicionamentos estruturais que os conflitos ambientais implicam. Estes passam pelas disputas em torno dos bens e recursos, ou ainda pela necessidade, cada vez maior, de exercer o poder e de capacidade de sua imposição sobre uma determinada realidade.

Através dos apontamentos anteriores, apoiando-se em Bourdieu (1989), pode-se destacar que os debates que envolvem a questão ambiental vão muito mais além do que aspectos materiais do meio. O conflito está constantemente delimitado dentro de um campo de forças, em que cada sujeito social está disposto a defender o seu próprio projeto de construção do mundo. É exatamente devido as diferentes formas de atribuição de significados às coisas, baseado em diferentes contextos da vida social e cultural que a questão ambiental se torna conflitiva.

Conforme Bourdieu (1989) o reconhecimento das realidades em que os conflitos se desenvolvem deve incluir o destaque da existência de uma dominação de classes. E esta dominação se estabelece fundamentalmente no campo simbólico, o campo da construção da realidade social que revela ordem e sentido ao mundo, e também forte instrumento de dominação.

A partir de então, torna-se recorrente trazer à discussão, o termo conflito socioambiental, que ao longo de sua utilização não obteve consenso entre aqueles que estabelecem discussões e análises sobre as questões ambientais. Porém, esta se caracteriza como uma das vertentes da polarização que atualmente se debate sobre o uso dos termos: conflito socioambiental ou conflito ambiental? Nos últimos anos, conforme afirma Little (2001), uma corrente denominada de Ecologia Política tem se consolidado nas ciências sociais e que tem orientado com grande eficiência as discussões sobre os conflitos socioambientais, dando-lhe grande relevância.

O mesmo autor propõe que esta nova abordagem teórico-metodológica da Ecologia Política possibilita a caracterização dos embates entre grupos sociais decorrentes do inter-relacionamento entre a sociedade e o meio natural, o que forma a dimensão social e cultural que está atrelado ao conflito ambiental. De acordo com Muniz (2009, p.185) “A ecologia política é um campo de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou conflitos socioambientais [...]”.

Para ampliar ainda mais essa ideia, Little (2001) afirma que os conflitos socioambientais podem ocorrer até mesmo entre valores e modos de vida, em que um determinado uso da natureza e de seus recursos traz à tona verdadeiros choques de valores e ideologias, o que legitima a preocupação de sempre dar foco aos atores sociais e suas respectivas reivindicações. Portanto, os conflitos socioambientais trazem como marca fundamental os embates existentes entre os grupos sociais em relação às suas mais variadas formas de relacionamento com os recursos naturais.

Todas as questões levantadas anteriormente nos leva a refletir que, uma forma de lidar com os problemas ambientais é entrar numa discussão da própria forma de organização da sociedade. A utilização dos recursos naturais de formas diferenciadas, intercaladas entre interesses individuais e coletivos, revela a base de todo o conflito ambiental. A questão clara e objetiva que a realidade nos coloca se trata da reflexão em torno da sobreposição dos interesses políticos e econômicos aos interesses e necessidades das populações locais. Como bem afirma Acselrad (2004, p. 08) “a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva”.

Conforme as teorias de Scotto & Limoncic (1997) os interesses individuais remetem à lógica do uso privado dos bens públicos. Nessa forma de apropriação dos recursos naturais está a maior incidência dos danos ambientais, que conseqüentemente afeta a disponibilidade dos recursos para outros segmentos da sociedade, destacando um contexto muito passível de injustiças. De outro lado, aparecem os interesses que são de caráter coletivo ou público que defendem a permanência das disponibilidades dos recursos, a fim da garantia da sobrevivência e qualidade de vida da sociedade.

Além do mais, quando nos debruçamos em entender o debate em torno dos recursos naturais podemos enxergá-los com a definição de que são bens de uso coletivo. Essa ideia é reconhecida como o princípio mais importante do direito ambiental, que decorre do texto da Constituição Federal do Brasil, em seu artigo Nº 225, que dispõe:

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Porém, com bem nos lembra Acselrad (1992, p.23) o que se observa é uma “luta social pelo controle dos recursos naturais e pelo uso do meio ambiente comum”. Os conflitos estabelecidos são verdadeiras batalhas de valores que são agregados aos recursos da natureza. Portanto, mais que uma luta pela premissa do desenvolvimento econômico se revela um conflito de valores, em que se prevalece um contexto amplo de desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso dos recursos.

Segundo Acselrad (2004, p.15) é preciso reconhecer a impossibilidade da dissociação entre sociedade e meio ambiente, no qual pode-se perceber que “trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o ‘ambiente’ não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia,

pois eles são culturais e históricos”.

A questão apresentada também é discutida por Santos (2008), que traz a afirmação de que a divisão territorial do trabalho se baseia numa apropriação da natureza pelo homem. O mesmo autor afirma que a presença do homem implica na atribuição de valores às coisas, e muito se deve às suas invenções técnicas que aumenta a capacidade do homem de intervir no meio que ocupa. Nessa perspectiva, a inserção de valores econômicos aos recursos naturais faz com que a atuação do homem seja até mesmo quase que utópica, de que as fontes de riquezas são abundantes e infinitas. Assim é a face do modo de produção capitalista vigente, como destaca Oliveira (2002, p.2):

No capitalismo, portanto, o acesso aos recursos existentes na natureza passam por relações mercantis, visto que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua “gratuidade natural”. Portanto, a incorporação da natureza e do próprio homem ao circuito produtivo é a base para que o capital se expanda. No processo de acumulação do capital, o trabalhador tem sido despojado do conjunto dos meios materiais de reprodução de sua existência e forçado a transformar sua força de trabalho em mercadoria, a serviço do próprio capital, em troca de um salário. O capital separa os homens da natureza, em seu processo de produção/reprodução e impõe que o ritmo do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas o ritmo do próprio capital.

Então, movidos por este espírito capitalista de relação do homem com os recursos da natureza, observamos que a geração de energia a partir das hidrelétricas, que é um dos temas centrais deste estudo, pode representar, ao mesmo tempo, sinônimo de desenvolvimento desde escalas locais às globais, ou também retrocessos insustentáveis em questões ambientais e socioculturais. Em seus estudos, Bermann (2007) destaca que apesar da hidroeletricidade ser considerada uma das formas mais eficientes e limpas de geração de energia, registra-se experiências onde sociedades viram suas bases econômicas, políticas, simbólicas e culturais, sendo dizimadas pelas construções de barragens.

Desta forma, esse paradigma trás a tona um tipo de modelo que tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais, da diversidade biológica e vem provocando sérios impactos sociais, econômicos e culturais nas comunidades afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos. Nesse sentido, Rebouças (2000), aponta que:

Os habitantes das áreas a serem alagadas, na maioria das vezes não são indenizados com valores suficientes para proporcionar a aquisição de terras na mesma proporção e qualidade semelhantes em outros locais, o que acaba por causar a descapitalização da população atingida e por incentivar o êxodo rural. Em outras palavras, sem capital suficiente para reconstruir o patrimônio literalmente inundado pelas hidrelétricas, os atingidos têm séria dificuldade de restabelecimento das atividades produtivas em outro ambiente natural, levando à total transformação do modo de vida tradicional desses grupos, que optam, na maioria das vezes, por migrar para a área urbana, onde os problemas desencadeados pelos empreendimentos hidrelétricos têm continuidade (REBOUÇAS, 2000, p. 28).

Nas palavras de Sigaud (1992) observa-se os efeitos perversos contidos nas políticas do setor elétrico, que são responsáveis pelo deslocamento compulsório e extremamente desorganizado de milhares de cidadãos brasileiros, contribuindo para seu empobrecimento e por uma profunda transformação do seu modo de vida.

Nesse sentido, nos estudos de Santos (2007), desenvolveu-se uma reflexão muito relevante a se destacar, sobre as implicações sociais das barragens, voltando-se para uma dimensão que geralmente se torna bem negligenciada: o sofrimento e a dor dos expropriados,

[...] os relatos sobre o deslocamento compulsório evocam uma pluralidade de situações de transformação, traduzidas em perdas, que contemplam desde o espaço físico, o estranhamento da nova situação vivida até as relações cotidianas e de proximidade. Desta perspectiva, creio ser possível afirmar que, com a intervenção sobre o espaço físico para a formação do lago, atinge-se violentamente as relações sociais, desestruturando-as. É esta desestruturação que conforma o substrato do lamento e da dor. (SANTOS, 2007, P. 194)

Portanto, quando os atingidos são reassentados implica-se numa nova forma de apropriação do território, que refletirá na construção dos novos lugares, que apesar de tantos rompimentos estará centrada na experiência do passado para a reconstrução destes espaços, e por consequente, da vida de seus moradores. Sendo assim, os estudos de Silva (2007, p. 22) enfatiza que “A mobilidade permite que se criem novos lugares. Isso significa que o lugar antigo ou o lugar que tenha passado por um processo de transformação ainda terá por certo tempo, um significado para aqueles que o viveram [...]”.

Nesta perspectiva, o processo de reconstrução dos lugares não passa apenas pelos elementos físicos do espaço, mas sim, sobretudo, por um processo de reconstrução

da vida em sociedade. Apesar das experiências construídas nas antigas localidades, novas relações e expressões culturais são impostas e incorporadas pelas pessoas. Portanto, sabendo que são as relações do dia-a-dia que produzem o lugar, podemos inferir que a implantação de uma hidrelétrica deve passar por um grande planejamento, a fim de que se respeitem as peculiaridades e dimensões do lugar vivido pelos atingidos.

Outro conceito-chave da Geografia para o entendimento do dilema apresentado se trata do Território. Este deve ser entendido como a base física para a materialização das relações sociais, em que diferentes sujeitos/atores sociais, em diferentes momentos históricos, se interagem. No caso das construções dos empreendimentos hidrelétricos identifica-se no território um campo de conflitos, pois, de um lado posicionam-se as populações atingidas, apegadas ao território em que vivem, e de outro lado, a demanda por energia que sustenta o elevado consumo e o atual nível de crescimento do país. Contudo, observa-se que, os maiores prejudicados são as populações atingidas, que são obrigados a desestruturar, ou mesmo desconstruir, o seu território histórico-cultural.

Seguindo essa linha de raciocínio Santos (2006, p. 13) afirma que: “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Assim, a construção histórica de um território apresenta traços de uma cultura que ali foi consolidada e vivenciada por várias gerações passadas. Muitas das vezes, estas características peculiares podem possuir significados apenas para as pessoas que, de certa maneira, se incorporaram ao processo de construção subjetiva ocorrida naquele espaço.

Portanto, como bem nos lembra Haesbaert (2004), a perda do território por suas populações, como acontece nos casos dos atingidos por barragens, implica num processo de desterritorialização, aonde o enfraquecimento do controle sobre o território resulta na mobilidade, que no caso em questão é compulsória e involuntária. A partir deste momento, estes iniciam um novo processo identificado pelo autor como “reterritorialização”, ou seja, estabelecimento de novas relações que irão propiciar as condições de reprodução e permanência nos novos lugares.

Seguindo esta perspectiva teórica, observamos hoje que os estudos e debates relacionados ao processo das construções das grandes hidrelétricas, tende em sua maioria, infelizmente, a promover a redução da diversidade e a simplificar sua complexa organização social e territorial. De acordo com os estudos de Vainer (1993,

p.564), os discursos “oficiais” que prestam serviço ao lado empreendedorista das negociações:

[...] vêm sempre na voz passiva, a expressar sua objetivação num discurso globalmente fundado na naturalização da vida social assim, temos: populações afetadas, atingidas, impactadas, deslocadas, remanejadas, preservadas, reassentadas, sempre passivas, inexoravelmente condenadas a ser campo de ação de um outro, meio ambiente impactado pela intervenção do empreendedor/empreendimento hidrelétrico.

Neste sentido, Candido (2003) reforça através de suas teorias, a intensa necessidade pela busca do equilíbrio social, que se dá em grande parte na correlação existente entre as necessidades do homem e sua satisfação. Nesse aspecto, as formas de sobrevivência do homem não devem ser compreendidas de modo separado às reações que são delineadas por sua cultura. Assim, “A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo soluções mais ou menos adequadas e completas” (CANDIDO, 2003, p.29). Para tanto, é fundamental a este estudo a perspectiva apresentada pelo autor de que homem e meio aparecem em uma solidariedade indissociável. O meio aparece como oportunidade real de sustento da família, e conseqüentemente, da reprodução da vida do homem no campo.

Outro fato importante a ser levantado é que as características apresentadas pelas populações atingidas permite situar o seu território como uma sucessão de paisagens, que retratam os distintos momentos de sua história e da trajetória de vida de seus moradores. Ao contrário dos territórios ocupados por sociedades modernas, em que os elementos de paisagens passadas são rapidamente suprimidos, atualizados ou resignificados, o território das comunidades tradicionais mantém vivos e atuantes nos elementos que contribuíram para a formação histórica do território.

Conforme bem demonstrou Giddens (1990), nas sociedades tradicionais o passado é algo venerado e todas as simbologias são peças fundamentais para a perpetuação de tais experiências entre as gerações. A tradição aparece como uma forma de lidar com o tempo e o espaço, que então é estruturado pelas práticas sociais recorrentes.

Muito contribui neste momento a análise de Melucci (2001), para quem é possível identificar diferenças entre as novas e velhas solidariedades, uma vez que as

últimas se constituem em tempos de globalização e individualismo. Na concepção do autor, as velhas solidariedades eram aquelas que se baseavam muito na proximidade. Os vínculos se davam nas residências, nas vizinhanças, na família e no trabalho. E é isso que de alguma maneira tem se modificado, porque as relações agora estão mais distantes, a mobilidade espacial é maior, as migrações são mais intensas. Em todo o mundo está se criando uma deslocalização e, portanto, se criam novas raízes que, de alguma maneira, estavam presentes nas comunidades tradicionais. Essas raízes comunitárias perderam-se e criou-se um problema, ou seja, as velhas solidariedades estão dando lugar ao individualismo

3- NOSSAS VIDAS À BEIRA DO RIO: OS ANTIGOS POVOADOS DE PEIXE CRU E PORTO CORÍS

Nesse momento da reflexão, tem-se como objetivo conhecer a vida dos reassentados na época em que moravam à beira do Rio Jequitinhonha, ou seja, conhecer seus hábitos, costumes e sua forma de viver. Como era a relação com os parentes, vizinhos, com a terra, com o rio, as formas de produção, enfim, como era o local de origem.

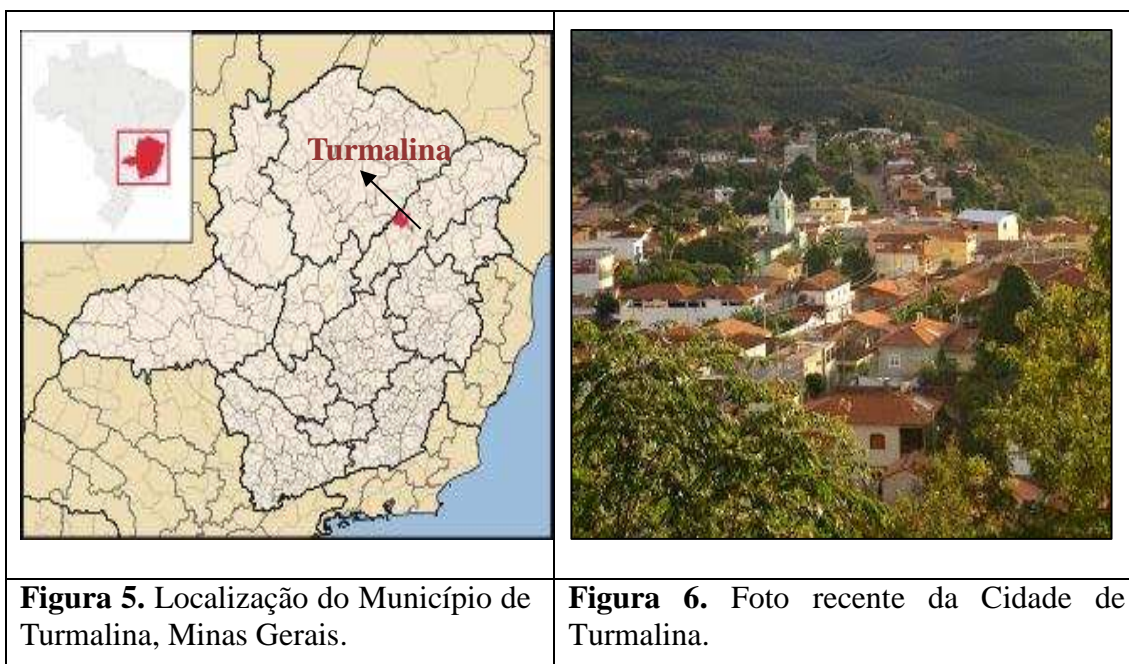
A grande maioria dos reassentados moravam na região de origem desde que nasceram, seguindo o exemplo de seus pais. Esse fato nos chama a atenção para a maior probabilidade da existência de um espaço de relações formadas ao longo dos anos. Soma-se a isso o vínculo com os elementos da paisagem e os vínculos sociais entre as pessoas e nas formas de expressão das culturas e práticas religiosas, que na maioria das vezes foram herdadas ao longo dos anos. A seguir são descritos aspectos marcantes das antigas comunidades de Peixe Cru em Turmalina - MG, e de Porto Coris em Leme do Prado – MG:

3.1 – Peixe Cru e suas referências patrimoniais e culturais.

O antigo Povoado de Peixe Cru localizava-se no município de Turmalina, assim como a nova comunidade também se localiza. Conforme registros do IBGE (2010), os primeiros a habitarem o município foram os bandeirantes paulistas por volta de 1750, devido à descoberta do ouro às margens do Rio Araçuaí. Em decorrência da falta de alimentos para os mineradores, muito dos colonos das minas se dedicaram à lavoura rural e foram se estabelecendo às margens do rio Araçuaí, Itamarandiba e São Lourenço, e como ficaram muito distantes das vilas começaram a erguer capelas fora do povoado para seu recurso espiritual. A partir de então iniciou-se a formação do Arraial de Nossa Senhora da Piedade que resultou na construção de uma capela. Fundado por volta de 1750/1760 o Arraial da Piedade teve como primeiros moradores os fazendeiros Luiz Machado, João cordeiro e Canuto Quaros, que ali se fixaram para se dedicar à agricultura e a criação de gado. Deve-se a estes três homens a construção da Capela de Nossa Senhora da Piedade. A povoação da região se baseou principalmente na produção agrícola do milho, feijão e algodão. Os habitantes, então, negociavam a sua produção com os garimpeiros que também ocupavam estas regiões.

Muitos anos depois, em 1943, o distrito passou a se chamar Turmalina e em 1948, passou a condição de cidade, desmembrando-se do município de Minas Novas, compreendendo também os distritos de Caçaratiba e Veredinha. Já em 1995, o distrito de Veredinha se emancipa, deixando Turmalina e Caçaratiba, do qual permanece até os dias atuais.

De acordo com os estudos elaborados pela CEMIG, Turmalina hoje é conhecida como a “Joia do Vale” e que possui uma indústria nascente, nos setores de cerâmica e de produção de móveis. No setor agrícola, a produção de café, cana, feijão, mandioca e milho se sobressaem. Também é significativo o plantio de eucalipto para a produção de carvão vegetal. Além disso, o município é reconhecido nacionalmente pelo trabalho de seus artesãos, com destaque para a cerâmica, principalmente das localidades de Campo Alegre e Campo Buriti, assim como os bordados diversos.



Fonte:Imagens da Internet, 2014.

Na área territorial do município de Turmalina, que é de 1 153 111 Km², moram 18 055 habitantes, conforme os dados do Censo de 2010. O quadro a seguir apresenta as características gerais da população do município:

Quadro 4: População Total, por gênero, rural/urbana e Taxa de Urbanização no município de Turmalina, Minas Gerais, 2010.

População Total, por Gênero, Rural/ Urbana e Taxa de Urbanização						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	15.165	100,00	15.888	100,00	18.055	100,00
População residente masculina	7.686	50,68	8.163	51,38	9.168	50,78
População residente feminina	7.480	49,32	7.725	48,62	8.887	49,22
População urbana	7.346	48,44	10.158	63,94	12.926	71,59
População rural	7.819	51,56	5.730	36,06	5.129	28,41
Taxa de Urbanização	-	48,44	-	63,94	-	71,59

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2010.

De acordo com as informações do quadro 3, a população do município de Turmalina cresceu consideravelmente nos últimos 20 anos, com destaque para o crescimento do percentual de populações que habitam a área urbana e decréscimo das que moram nas localidades rurais, justificando a grande elevação da taxa de urbanização registrada.

Apresentada algumas características do município, nesse momento tem-se como premissa o entendimento sobre o antigo Povoado de Peixe Cru às margens do Rio Jequitinhonha, ao mesmo passo que busca-se destacar as suas principais características físicas, econômicas, sociais e culturais. Inicialmente, é importante ressaltar que pouco se sabe da história do Povoado Peixe Cru e de um dos seus grandes pontos de referência (a Capela do Senhor Bom Jesus). Segundo fontes apresentadas no Centro de Cultura de Turmalina, a origem do lugarejo estaria ligada ao nome de Manoel Nunes Folgado, que por lá teria chegado por volta do ano de 1830.

Quando ao remeter, no capítulo anterior, às principais características que são marcas da história do Vale do Jequitinhonha, foi justamente para ressaltar que nesta comunidade de Peixe Cru, que compõe o ambiente deste estudo, a sua ocupação girou em torno da busca por áreas que servissem à mineração. Dessa forma, tem-se que esta

região foi se desenvolvendo a partir da mineração e de uma agricultura direcionada para o próprio consumo de suas famílias, as quais foram estruturadas a partir de unidades de produção praticamente autônomas, dadas as dificuldades de acesso à região. Alguns estudos recentes demonstram estas informações relacionadas à vocação da região para as atividades minerárias, principalmente através de pesquisas históricas e arqueológicas na região antes da construção da Barragem de Irapé, como citado a seguir:

A estrutura montada no local indica o desenvolvimento de atividades minerárias durante a segunda metade do século XX, comprovando que, desde o século XVIII, a mineração faz parte das práticas da comunidade e, mesmo tendo passado o auge deste tipo de atividade, a partir do século XIX, esta manteve-se como fonte de renda da população local. O Sr. Juvenil viveu em Peixe Cru entre 1953 e 1965, período em que montou um armazém de secos e molhados para os moradores daquela localidade, incentivado pelo fluxo de dinheiro que aí circulava, em função do garimpo. Casou com Dona Ana, em 1955, e aí foram morar. Rapidamente a família do Sr. Juvenil tornou-se referência no povoado, tanto pela comercialização de gêneros alimentícios e outros, como tecidos, quanto pela comercialização de diamantes. Dona Ana costurava as roupas para as pessoas do povoado com os tecidos vendidos no armazém de seu marido. O Sr. Juvenil comercializava diamantes e possuía o direito de lavra de alguns trechos do rio, o que realizava em parceria com outros, no esquema de “meia” – uma pessoa deixava outra garimpar na área do rio a que tinha direito em troca da metade do que fosse encontrado. O modo de produção baseado na “meia” é muito comum na região, sendo utilizado em diferentes tipos de atividades além do garimpo, como o plantio de roças e a extração de sempre-vivas, plantas coletadas na região da Serra do Espinhaço e constitui-se a das relações de trabalho (ROQUE, 2007, p.74-75)

A grande maioria dessas famílias que compunham o antigo Povoado de Peixe Cru ocupavam pequenos trechos de terras que eram próprios, no qual possuíam casas de adobe (padrão construtivo que prevalecia na comunidade).

Em relação ao tempo de residência na propriedade de origem, verificou-se que a grande maioria das pessoas viviam na antiga localidade há mais de vinte anos, revelando assim que a maior parte era morador antigo na região. Esta situação indica também a dificuldade dessas famílias em deixar tudo que construíram, sejam bens materiais ou simbólicos.

Uma característica bem peculiar da antiga comunidade era a permanência dos homens durante todo o ano em seu território devido às atividades de mineração, o que foge bastante de uma marca forte desta região do Vale do Jequitinhonha que são as migrações temporárias para a colheita do café e corte de cana em outras regiões do

estado de Minas Gerais e São Paulo. Este fato faz com que a maioria da população adulta masculina do Povoado permanecesse “em casa” nos períodos fora do plantio e colheita de suas roças.



Fonte: Arquivo pessoal de um entrevistado e arquivos da CEMIG, 2013.

Em relação à infraestrutura, a antiga localidade dispunha de uma Escola, que segundo relato dos moradores, funcionava numa casa que tinha na comunidade e que oferecia até a quarta série do Ensino Fundamental. No caso daqueles que continuaram a estudar tiveram que encontrar alguma maneira de ir até a cidade, pois somente lá se oferecia a séries posteriores. Também tinham um posto de saúde que era para os casos não considerados graves, como ter acesso a uma consulta, ter algum serviço ambulatorial e alguns remédios. Também registra-se pelo menos um estabelecimento comercial de produtos básico de consumo das famílias, um posto telefônico e a tradicional Igreja do Bom Jesus.

Este último espaço é considerado o grande ícone da identidade do Povoado de Peixe Cru, tanto no antigo como no novo. Segundo os registros de Roque (2007, p 84):

A Capela do Senhor Bom Jesus do Peixe Cru teria sido construída por volta de 1840, a pedido de Manuel Nunes Folgado. O corpo da Nave da antiga igrejainha, segundo um dos moradores, foi acrescentado à Capela em 1915. Conforme autos da Assembleia Provincial de Minas Gerais, apurou-se no âmbito do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, que a Capela recebeu \$200.000,00 (duzentos mil réis) dos cofres do Estado em 1887, como auxílio à sua reforma. Em

1923, ganhou um sino originário da matriz de São Pedro, de Minas Novas, que havia sido demolida. Em 1927, quando de uma visita pastoral a Turmalina, consta no Livro de Tombos da paróquia, que a Capela encontrava-se em bom estado de conservação, inclusive o altar de madeira e o coro, os quais já não existem mais.

Com a chegada do empreendimento de Irapé e o reassentamento das famílias da comunidade, a capela do Senhor Bom Jesus de Peixe Cru foi reconstruída na nova comunidade, respeitando os padrões arquitetônicos originais, como é apresentado nas figuras a seguir:



Fonte: Arquivo pessoal de um entrevistado e fotos do autor, 2013

Ao trazer a reflexão, aos reassentados de Peixe Cru, sobre suas atividades econômicas desenvolvidas em suas antigas localidades, as histórias apreciadas deixam claras as formas de vida da população, envoltas pela simplicidade e ritual de uma vida pautada na sua relação com a natureza, pois, quando não era a agricultura voltada para o consumo familiar era o garimpo que sustentava a vida de suas famílias. Nestas atividades mencionadas agregam-se também algumas atividades comerciais, principalmente em relação aos excedentes da produção agrícola, alguns auxílios públicos, aposentadorias e pensões.

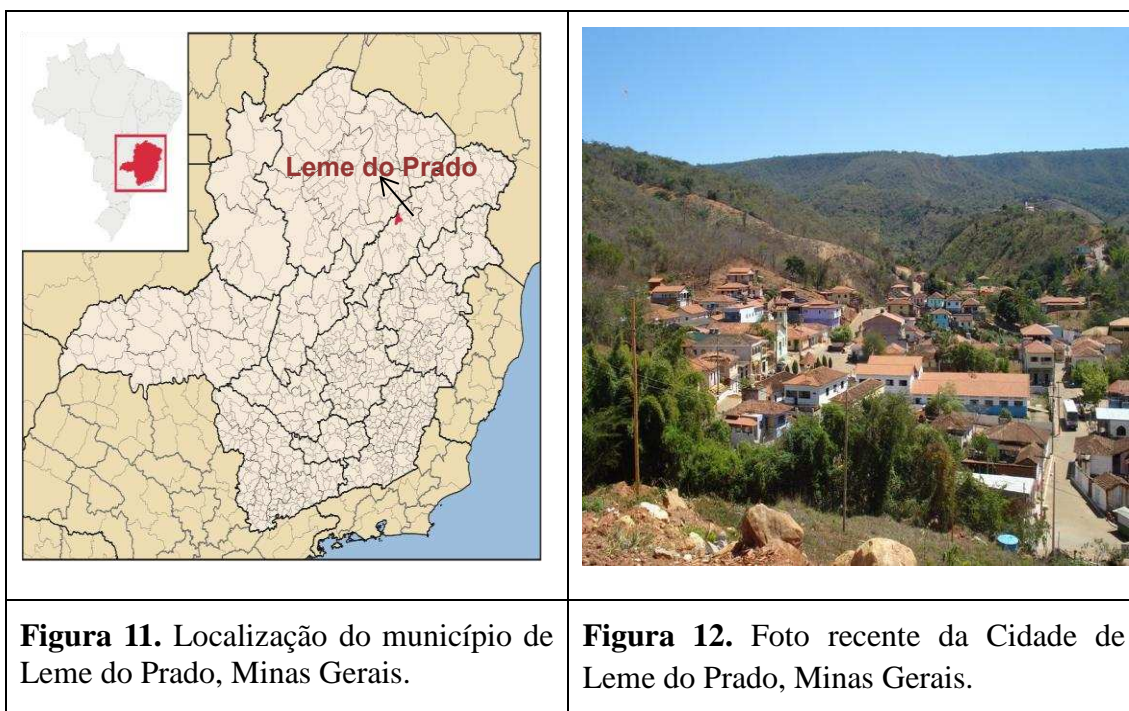
No antigo Povoado de Peixe Cru, como mencionado pelos reassentados, o que sustentava a família e a casa eram as “roças”, estas que podiam ser próprias ou cedidas para a produção no sistema de meia. Era da terra que saía a fonte para a produção dos

gêneros que garantiam a sobrevivência das famílias e o estabelecimento do sistema de trocas do excesso produzido. Em seus trabalhos eram produzidos leite e derivados, a farinha de mandioca, a rapadura, a cachaça, os quais, juntamente com o feijão, o milho e as árvores frutíferas, compunham a base da alimentação de suas famílias.

Algo muito interessante a destacar, que confirmam estas descrições anteriores, foi o trabalho de salvamento arqueológico realizado pelo Laboratório de Arqueologia da UFMG nas propriedades que compunham estas comunidades tradicionais, que permitiu constatar uma interessante sobreposição de estruturas e elementos de diferentes épocas, destacando padrões arquitetônicos diferentes e a inserção de padrões de vida característicos da sociedade industrializada, como o acesso a produtos e serviços. Com isso, elementos típicos de uma realidade mais campesina e tradicional são substituídos ou utilizados simultaneamente com elementos da contemporaneidade. Isto comprova o quanto é dinâmica a realidade analisada, tanto em relação ao espaço ocupado quanto as características de vida de sua população.

3.2 - História e memória do Quilombo de Porto Corís

O Quilombo de Porto Corís sempre esteve situado dentro dos limites territoriais do município de Leme do Prado – MG, antes e depois do reassentamento. O município hoje conhecido por Leme do Prado tem sua origem registrada a partir de citações históricas de exploração e ocupações das terras mineiras, quando este município pertencia ainda a Minas Novas. A história do povoamento começou com o Sr. Antônio Quintiliano Barroso que construiu sua casa nas terras onde deu o nome de Fazenda São Luiz. Comprou escravos no município de Minas Novas, para desenvolver as atividades agrícolas na fazenda. Seus filhos foram recebendo sua doação de terra e construindo suas casas, inclusive a primeira casa construída na sede do município foi de sua filha Rita de Figueiredo. A partir desta família começa o crescimento do povoado ajudando a construir muitas casas, se preocupando com a cultura e educação do povo, contribuindo também para a expansão da localidade (IBGE, 2010).



Fonte: Imagens da Internet, 2014.

De acordo com informações do IBGE (2010), acrescenta-se que Leme do Prado é um jovem município, emancipado de Minas Novas em 1995. Na atividade agrícola, tem como principais produtos cana, café, feijão, arroz e urucum. Na criação de animais, destaca-se o gado leiteiro e os suínos. O município também possui reservas de ouro e diamante e áreas reflorestadas com eucalipto e árvores nativas.

Na área territorial do município de Leme do Prado, que é de 282 Km², moram 5584 habitantes, conforme os dados do Censo de 2010. Conforme o Quadro 2 na página seguinte, a população do município vem apresentando um ligeiro aumento desde 1991, do mesmo modo que a população urbana, e por consequente a taxa de urbanização, aumentaram consideravelmente ao longo dos últimos 20 anos.

Em relação às suas comunidades rurais reassentadas pela construção da Usina de Irapé apresenta-se a Comunidade Ribeirão Corrente, Córrego do Engenho, Mandassaia, Posses, e a Comunidade Remanescente de Quilombo Porto Coris.

Quadro 5: População Total, por gênero, rural/urbana e Taxa de Urbanização no município de Leme do Prado, Minas Gerais, 2010.

População Total, por Gênero, Rural/ Urbana e Taxa de Urbanização						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	4.236	100,00	4.736	100,00	4.804	100,00
População residente masculina	2.122	50,09	2.420	51,10	2.395	49,85
População residente feminina	2.114	49,91	2.316	48,90	2.409	50,15
População urbana	453	10,69	1.541	32,54	1.761	36,66
População rural	3.783	89,31	3.195	67,46	3.043	63,34
Taxa de Urbanização	-	10,69	-	32,54	-	36,66

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2010.

Nestas comunidades foram 132 famílias remanejadas, nas quais 82 foram reassentadas nos limites territoriais do município de Leme do Prado, formando novas Comunidades¹⁸, conforme a descrição abaixo apresentada pela CEMIG:

- Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Sorte: 19 famílias reassentadas.
- Comunidade dos Agricultores Familiares do Reassentamento da Faz. Boa Esperança: 14 famílias reassentadas.
- Comunidade do Reassentamento do Conj. Mandassainha e Ventania: 19 famílias reassentadas.
- Comunidade Coração de Jesus: 10 famílias reassentadas.
- Comunidade Coração de Maria: 18 famílias reassentadas.

A origem da comunidade de Porto Corís, segundo os moradores da comunidade,

¹⁸ As famílias que compõem estas novas localidades não necessariamente moravam nas mesmas comunidades no local de origem, ou seja, famílias de diferentes locais situados à beira do rio Jequitinhonha formam hoje as novas comunidades.

se deu com Germano Alves Coelho, filho de uma escrava fugida da região. Conta-se que a mãe de Germano era uma escrava da cozinha de um senhor que possuía uma fazenda numa localidade denominada Gouveia. Este se encontrava em situação de falência, planejando então vender os seus escravos. A mãe de Germano, que tinha um bom trânsito pela casa, sabendo de antemão que seria vendida a outro senhor, planejou sua fuga com seus filhos, vindo a se estabelecer no local que se denominou então de Porto Coris.



Germano, conforme contam, era um homem muito trabalhador, que tinha como propósito se estabelecer em Porto Coris. Sua atividade era o garimpo de ouro e diamante, fato este que possibilitou adquirir as terras após juntar certa quantidade de pedras e metais.

No último mês que antecedeu a abolição da escravatura, documentou as terras aonde seus descendentes constituíram a comunidade de Porto Coris. Desta forma, em 1888, 1890 e 1894, Germano registrou as terras no Cartório de Registro de Imóveis de Minas Novas. Porém, as certidões não contemplavam a totalidade das terras ocupadas pelos membros da comunidade negra rural de Porto Coris.

Esta localidade era denominada de “Rancho dos Porcos” devido à grande quantidade de suínos que possuía, recebendo por vezes, de alguns vizinhos, a alcunha pejorativa de “chiqueiro dos porcos”. Devido a isso, políticos da região passaram a se referir ao local como “Boa Sorte”, confundindo com o nome de uma antiga fazenda da outra margem do rio, no município de Botumirim.

Conforme contam seus moradores, o nome Porto Coris é mais significativo por ali sempre ter sido um ponto de travessia de canoa entre as duas margens, sendo o local conhecido como porto. O termo “Coris” vem da denominação “Corí” que os filhos de Germano atribuíam uns aos outros. Com o tempo, este termo passou a identificar, tanto os membros da comunidade, quanto seus vizinhos, descendentes de Germano. O apelido sobre os moradores fez com estes passassem a designar a área por eles ocupada de Porto dos Coris e, posteriormente, apenas de Porto Coris.

A antiga comunidade pertencia ao município de Leme do Prado Minas Gerais e situava-se cerca de 25 Km da cidade. O povoado mais próximo que tinha alguns estabelecimentos comerciais, telefone e escola estava situado cerca de 12 Km, o que fazia que seus moradores tivessem que andar muito tempo até chegar ao local.

	
<p>Figura 13. Maquete de uma das casas no antigo Quilombo de Porto Corís.</p>	<p>Figura 14. Foto do antigo Quilombo de Porto Corís à beira do Rio Jequitinhonha.</p>

Fonte: Arquivos do Centro de Referência da Agrovila de Porto Corís e da CEMIG, 2013

O Relatório de Identificação da Comunidade Negra Rural de Porto Coris, elaborado em 1997 pela Fundação Cultural Palmares e pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, faz-se uma descrição detalhada de como era a antiga comunidade à beira do rio:

Em Porto Coris existem quinze casas e moram doze famílias que compõem a parentela local, sendo que existe mais uma família, a da professora da escola de primeira à quarta séries, que não faz parte desta parentela formada por 65 (sessenta e cinco) habitantes ali residentes. Ao somar as 4 (quatro) pessoas da família da professora, sobem para 69 (sessenta e nove) os habitantes no local. Cabe ressaltar que este número de moradores pode variar conforme a época em que se visita o local, pois em tempo de corte de cana e da safra de café, em algumas regiões do interior do Estado de São Paulo, alguns moradores se deslocam para o trabalho temporário e depois retornam. [...] Das quinze casas existentes, três delas encontramos vazias. Uma próxima a casa de Dona Geralda, que, segundo ela, pertence ao seu filho Sebastião Borges dos Santos, que trabalha temporariamente em São Paulo. A segunda, vizinha à casa do senhor Pedro de Sousa Coelho, que conforme disse, pertence ao seu filho Joaquim de Sousa Coelho e um dos seus netos. No período em que estivemos na área seus moradores se encontravam no corte de cana em uma fazenda no interior de São Paulo. A terceira casa pertenceu a Antônio Alves Coelho, o Antônio Corí, já falecido, onde funcionou no ano de 1991 uma escola. Todas as casas da comunidade foram construídas com tijolos de barro cru, que eles chamam de “adobe”, cobertas de telhas de barro e o piso, posteriormente cimentado em alguns cômodos das casas, encontra-se feito também de terra socada. Em Porto Coris

existe um templo da Congregação Cristã no Brasil. Essa “doutrina” foi introduzida na comunidade por Adão C. De Jesus, bisneto de Germano, por volta do ano de 1986 e no ano de 1988, com o crescimento dos convertidos à “doutrina”, eles construíram um templo em suas terras. Quase todos da parentela local pertencem a essa Igreja. (RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL DE PORTO CORÍS, 1997, P. 4-5)

Também, no dia 11 de Agosto de 2003, saiu uma reportagem na Folha de São Paulo, intitulada de “Usina desaloja comunidade quilombola”, de autoria de Thiago Guimarães, tratando sobre o caso do reassentamento da comunidade quilombola de Porto Corís, que foi atingida pela barragem de Irapé. Este artigo descrevia as características do local:

O reassentamento da comunidade quilombola de Porto Coris, no Vale do Jequitinhonha (MG), imposto com a construção da usina hidrelétrica de Irapé, deve alterar uma das principais características distintivas do grupo, o uso e a relação com a terra. Com 200 hectares registrados em 2000, Porto Coris é a primeira comunidade em Minas Gerais a receber o título de remanescente de quilombo, hoje concedido exclusivamente pela FCP (Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura). Ao todo, são 29 comunidades tituladas no país, avaliadas por critérios como história comum e usufruto coletivo da terra, parentescos e casamentos internos, localização e provas documentais. [...] Além de escola, cemitério, igreja e um telefone, Porto Coris tem 86 moradores, todos parentes do ex-escravo Germano Alves Coelho, cuja existência é atestada em documento de 1888. Ninguém de fora jamais adquiriu terras na comunidade. Com exceção de uma família, não há registros de direitos individuais. Ali, planta-se amendoim, milho, feijão, mandioca e cana, com ajuda da fertilidade natural das áreas de grota, como são chamados os vales. Grandes áreas ficam para finalidades coletivas, com utilidades marcadas pelo consenso, como produção de madeira ou descanso de terras. Quase não há homens jovens na vila, as migrações sazonais para colheita de cana e café no interior de São Paulo são típicas na região. (FOLHA DE SÃO PAULO, 11 DE AGOSTO DE 2003).

Um grande referencial para a manutenção e reprodução da Comunidade de Porto Coris está no sentimento de pertencimento e identidade que seus integrantes adquiriram ao longo dos anos, inclusive devido ao fato de terem passado por tantas lutas ao longo de sua história. Observa-se uma verdadeira reverência à descendência do ex-escravo Germano e outros antepassados, na luta pela libertação da escravidão e pela consolidação de um território próprio e reconhecido. Um fato muito comum na comunidade são os casamentos endogâmicos, que teve, e ainda possui uma grande

importância na manutenção da posse das terras e também de preservação da memória social e, de certa maneira, a consolidação de uma exclusividade étnica. Mas estes laços de solidariedade constatados vão muito além dos motivos consanguíneos e refletem o respeito e o compromisso com a vida em comunidade.

Em entrevista com a Dona A¹⁹, moradora atual do novo Povoado de Porto Coris e antiga moradora da comunidade à beira do rio, bisneta de Germano, afirmou que a vida da comunidade sempre foi muito pautada por esses laços de parentesco e solidariedade, apesar de sempre acontecer algumas intrigas, que classifica como normal em todo lugar. Relatava também que a comunidade do antigo Porto Coris teve uma ligação muito estreita com a Igreja Católica, inclusive cada família tinha e representava um santo padroeiro na comunidade. Mas com a chegada da Congregação Cristã do Brasil na década de 90, esta tradição foi sendo substituída pelas ideias na nova religião, apesar de que as antigas festas dos santos não foram esquecidas. Mas o fato aqui apresentado como importante é o serviço da Congregação para a manutenção dos laços de solidariedades entre suas famílias. De fato, a ordem social e a organização das atividades da comunidade passaram a ser muito pautadas nos ensinamentos da nova Igreja.

Em suas antigas terras esta população cultivava os mais variados produtos agrícolas, como o milho, feijão, arroz, mandioca, amendoim, abóbora, batata doce e as mais variadas hortaliças. Também a produção de frutas era abundante, como: manga, laranja, limão, banana, abacate, cacau, mamão e outras. Todos os relatos confirmam a boa qualidade das terras para plantio à beira do rio, sobretudo no que diz respeito à fartura da água para a produção, como veremos no capítulo seguinte, que com a vida no reassentamento este quadro de variedade produtiva se alterou drasticamente.

Por fim, é importante ressaltar que o tratamento da existência de quilombolas na área diretamente atingida pela Usina de Irapé tornou-se pública apenas durante o processo de licenciamento ambiental da obra, e até mesmo a reivindicação de reconhecimento da comunidade situa-se no contexto da mobilização da população atingida pela hidrelétrica. A CEMIG até chegou a contestar judicialmente a condição de quilombola de Porto Coris, mas logo depois retirou a ação após assinatura, em julho de 2002, do (TAC) Termo de Ajustamento de Conduta com o MPF (Ministério Público

¹⁹ Entrevistada que situa-se no grupo de pessoas mais idosas da comunidade, conforme proposto na metodologia do estudo.

Federal), no qual assumiu a sua posição em favor de benefícios à comunidade, com as melhorias necessárias do ambiente e reconstituição de direitos dos atingidos no posterior reassentamento que discutiremos no próximo capítulo.

Nos anos recentes, a questão de ser ou não ser quilombola não diz respeito somente a uma questão histórica e consanguínea, mas também uma questão política, já que esta titulação dá direitos aos grupos de acesso às políticas públicas de financiamento e regularização das terras, assegurados pela constituição.

Portanto, de acordo com declarações da Fundação Palmares, apesar da construção da hidrelétrica ser importante para o desenvolvimento da região onde o empreendimento está chegando, a preocupação maior é com a preservação da comunidade quilombola, assim como de outras comunidades tradicionais da região. Tudo isto é justificado quando as indenizações não são capazes de cobrir os custos sociais da perda de identidade local e principalmente da perda da capacidade produtiva em suas terras, único meio de vida para as famílias que nelas habitam e extraem seu sustento.

3.3 - Uma reflexão: Como era minha vida à beira do rio?

Fica muito evidente através dos relatos anteriores, uma forma de organização social estreitamente ligada com a utilização do espaço e do tempo. Os ciclos da produção, as estações do ano e as horas do dia compõem quase que um ritual na vida destas populações, que aqui chamamos de tradicionais.

Num interessante estudo apresentado por Roque (2007, p.83) cita um vídeo chamado “Sabenças” elaborado pelo Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, em que Dona Luiza Alves Afonso, moradora da antiga comunidade de Peixe Cru responde quando questionada sobre os saberes ligados ao seu dia a dia:

Levanto cedo, cuia o café, põe o feijão no fogo, passo a mão na bassora, barre o terreiro, trato das galinhas. Pano na cacunda, vô busca lenha, chego da lenha, vô fazê almoço, hora que acaba almoço, vô lavá as vasilhas Quando acaba de lavá as vasilhas, passo a mão na bacia vô pro rio lavá a ropa. Só. Nós aqui num sabe nada, o que nós sabe é isso. (ROQUE, 2007, P.83)

Fica muito evidente no discurso anterior a importância da casa, da roça, do quintal e do rio na vida destas populações. A vida se encontra organizada em torno do

trabalho, que é fonte do sustento da família. Toda esta relação também se encontrava pautada pelas relações de confiança, tanto das mulheres que por muitas vezes tomavam conta dos filhos das outras para poderem trabalhar na roça ou lavar roupa no rio, como os homens que por muitas vezes se organizavam em parcerias para fazer o trabalho do garimpo ou da produção agrícola.

O trabalho da grande maioria dos reassentados em seus locais de origem girava em torno da obtenção dos alimentos necessários para o sustento da família, podendo incluir a venda de excedentes em determinadas situações. Devido a esta constatação, é possível fazer uma relação entre o modo de vida das comunidades atingidas pela Barragem de Irapé e estudos de alguns autores sobre a existência do camponês no Brasil, já que muitas características de ambos se aproximam.

Conforme afirma Wanderley (2009), um dos aspectos relevante sobre o camponês e sua forma de produzir diz respeito à natureza da produção que é posta a venda. Esta produção não se trata de um excedente que sempre é produzido na perspectiva de ir além a sua reprodução e de sua família, e sim um complemento aos seus meios de vida e de obtenção de instrumentos para o trabalho. Na produção camponesa não há a escolha por plantar para vender ou para o sustento, a troca do excedente realizada no mercado é uma alternativa para a garantia de condições mínimas de sua reprodução.

Boa parte dos homens, pais de família, também trabalhava a dia de serviços para aqueles que demandassem, como no caso das plantações de eucalipto que prevalecem na região. A maioria dos reassentados começaram a trabalhar muito cedo para ajudar nas necessidades da casa. Nesta questão, destaca-se o estudo sobre o modo de vida caipira no interior de São Paulo elaborado por Candido (2003, p. 31) no qual o autor afirma que:

Este modo de produção não deve ser considerado apenas como reprodução da existência física dos indivíduos, ele já é uma espécie determinada da atividade destes indivíduos, uma determinada maneira de manifestar a sua vida, uma determinada maneira de viver destes indivíduos [...]

Conforme analisa Sposito (2010) uma possibilidade observada para caracterizar os espaços se trata do modo de vida que seus habitantes ocupam num determinado contexto histórico. A vida rural ainda é muito dependente da valorização da vida comunitária, onde boa parte de seus comportamentos são regidos por relações de

parentesco e vizinhança, e por influência de sua religiosidade.

Contudo, a questão da produção era extremamente limitada ao consumo da família, já que o acesso à cidade era muito difícil e a condição financeira das famílias dificultava outra forma de consumo, como por exemplo, o uso de produtos industrializados. A casa do ribeirinho recebia uma produção bastante diversificada, como: milho, feijão, mandioca, batata, frutas e hortaliças. Neste momento também é possível fazer uma relação com os estudos de Heredia (1979) que estudou a vida do sertanejo, trazendo apontamentos que permite compreender que:

Os produtos fornecidos pelo roçado são os que asseguram o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar, consumo que se materializa na casa. Consequentemente, é o roçado que dá condições de existência à casa como local de consumo [...] (HEREDIA, 1979, p. 77-78)

No caso da profissão dos reassentados em seus locais de origem, esta ficava restrita ao roçado e ao garimpo para os homens com ajuda das mulheres, que também possuíam papel fundamental, principalmente no plantio e na colheita em que a necessidade de mão de obra era maior. Estas se dedicavam ainda as atividades da casa, cuidar dos filhos e das hortas de quintal. Nestes termos, o trabalho da mulher é apenas reconhecido como ajuda e não como uma profissão. O trabalho de Heredia (1979) também destaca o papel da mulher no roçado e como esta é vista:

Por outro lado, as atividades da casa, por estarem ligadas ao consumo, não são consideradas como trabalho e correspondem à esfera de domínio feminino. O campo de ação da mulher é a casa e, por consequência, considera-se que esta não trabalha. Sem dúvida, muitas vezes, como já pudemos observar, as mulheres desenvolvem tarefas no roçado; além do mais, dentro das atividades próprias ao roçado, a sementeira é uma atividade considerada feminina e é realizada exclusivamente por mulheres. Além disso, cabe a elas outro tipo de tarefas, como por exemplo as limpezas periódicas que os cultivos requerem depois de serem plantados, embora homens e crianças também participem desta atividade (HEREDIA, 1979, p. 80)

Era muito comum na região trabalhos à meia ou com outro tipo de parceria, assim como era muito frequente as trocas de dias. Outro ponto de destaque é que a questão da incidência de outras fontes de renda era muito pequena, aonde apenas algumas famílias produziam alguns produtos como doces e conservas para o mercado dos municípios (produção individualizada), e alguns relatos de produção de panelas de pedras, ou algumas pessoas que trabalhavam aonde se produziam as peças.

Tendo em vista a discussão decorrida sobre o trabalho destas populações em seus locais de origem, também faz-se menção aos estudos de Woortmann & Woortmann (1997) no qual remete ao estudo do trabalho e relação com a terra dos camponeses. Portanto, também percebe-se outra aproximação com a realidade registrada neste estudo.

Uma definição muito relevante a ser destacada sobre o trabalho, que os estudos de Woortmann & Woortmann (1997) levantam, diz respeito ao processo de idealização da natureza. A natureza em si própria não existiria, à medida que ela seria apreendida simbolicamente pelo homem. Neste caso, a construção do roçado aqui discutido carrega consigo a necessidade de entendimento do contexto cultural e histórico de tal sociedade, pois a natureza é transformada pelo homem através do trabalho.

Quando Woortmann & Woortmann (1997) menciona os chamados meios intelectuais de abordagem da natureza, está se referindo sobre os modelos de saber no qual o homem age na natureza. Nessa perspectiva, a transmissão desses meios intelectuais de se referir à natureza estaria a origem do trabalho baseado no saber, um método pedagógico que envolve o conhecimento técnico e o saber simbólico. Na menção do trabalho camponês que aqui se discorre, a transmissão do saber no trabalho se dá através do próprio trabalho, o que neste caso nos remete ao chefe da família que detêm a maioria dos conhecimentos sobre a produção. Portanto, a transmissão deste saber envolve, necessariamente, uma associação de transmissão de técnicas e de valores simbólicos e culturais que fazem parte da hierarquia familiar.

Portanto, torna-se evidente que, nestes termos apresentados por Woortmann & Woortmann (1997), o processo de trabalho é muito mais que apenas uma sequência de saber técnico. O saber em questão é um “saber fazer”, aonde a prática regula o processo. Neste contexto, terra, trabalho e família aparecem indissociáveis, de maneira que ao se escrever sobre uma dessas variáveis, inevitavelmente se remete à outra.

Quando nos referimos especificamente à família camponesa, conforme bem nos afirma Mendras (1978), esta possui uma posição de destaque nos estudos sobre as sociedades camponesas. Porém, esta deve ser observada e estudada com a definição de grupo doméstico, ou seja, pessoas que vivem dentro de um padrão comum a todos, de modo que se evite limitar a análise tratando apenas dos vínculos de parentesco como formadores das famílias. O essencial da vida econômica dos camponeses, segundo o mesmo autor, situa-se no interior do grupo doméstico.

Nos estudos apresentados por Wolf (1976), a família aparece também através da ideia de unidade produtiva em que há envolvimento com outras famílias através de relações horizontais. Conforme o autor, esta existe em diferentes tipos: a família nuclear ou conjugal (casamento entre um homem e uma mulher e seus filhos); e as famílias extensas, que pode agrupar mais de uma família nuclear.

Também toda esta complexidade que rege a vida das populações estudadas neste trabalho se encontra no campo simbólico, à medida que cada festa religiosa realizada movimentava a comunidade, á medida que cada atividade de lazer era desenvolvida e assim em diante. Isso fica muito comprovado quando questionados em relação ao tempo de residência na propriedade de origem, a grande maioria das populações destas duas comunidades afirmaram que moravam a mais de 20 anos na localidade. Esta situação indica também a dificuldade dessas famílias em deixar tudo que construíram, sejam bens materiais ou simbólicos, para, forçosamente, recomeçarem a vida em um lugar estranho. O recomeço se dá, muitas vezes, não pela escolha, mas pela impossibilidade destas famílias em ditarem o rumo de suas vidas segundo suas próprias escolhas. Então a vida recomeça como muitos afirmaram neste trabalho de campo, num novo lugar. Nesse sentido, o reassentamento será objeto de análise no próximo capítulo.

4 – REDESCOBRINDO A VIDA NUM REASSENTAMENTO

Nesta seção serão apresentados alguns aspectos registrados em campo sobre a vida das populações reassentadas devido à construção da Usina de Irapé. Aqui, apresenta-se desde os primeiros contatos realizados pelos empreendedores para que fossem concretizadas as mudanças até o atual momento em que as famílias estão vivendo nas suas novas terras.

4.1 - O reassentamento dos atingidos e as negociações

Com a definição de que as obras da Usina Hidrelétrica de Irapé deveriam começar, após a obtenção das licenças necessárias, iniciaram-se as etapas do reassentamento das famílias atingidas. Instigados em compreender como se deu a formação destes reassentamentos, buscou-se, inicialmente, entender a representação do novo espaço a ser concebido. O primeiro contato formal que trazia a proposta de um reassentamento para as comunidades atingidas ocorreu através de reuniões realizadas pelo empreendedor, ou seja, a CEMIG. Nestas reuniões, de acordo com os atingidos, o empreendedor já chegava munido de todas as informações necessárias, que foram elaboradas através de estudos anteriores. Na verdade, a ideia de ser reassentado apareceu através dos boatos e mesmo a partir de pessoas estranhas que chegavam à região. Estes sempre causavam grande estranhamento. Através dos relatos de campo, fica bem evidente que todas as questões envolvidas na relocação eram tratadas com bastante detalhe nas reuniões. Entretanto, os atingidos disseram que não era acessível aos reassentados a compreensão dos fatos, já que suas expectativas poderiam estar acima dos questionamentos.

No caso das comunidades que foram formadas no estilo de agrovilas as famílias afirmavam que imaginavam como seriam formados os reassentamentos, e também disseram que realmente foi como imaginavam, com apenas alguns detalhes de variações. Neste caso, associa-se ao fato de que a CEMIG ressaltava sempre que as comunidades sofreriam o mínimo de mudanças em sua forma, apenas incluindo alguns elementos tipicamente urbanos, como: água encanada, calçamento e iluminação pública. A seguir apresenta-se uma foto tirada em uma tradicional comunidade que foi

reassentada, a Comunidade de Peixe Cru no município de Turmalina, MG, que vem justamente para ilustrar o estilo de agrovilas utilizado nos reassentamentos.



Figura 15: Agrovila de Novo Peixe Cru, em Turmalina, MG.

Fonte: fotos do autor, 2010

De acordo com os reassentados de Novo Peixe Cru, na mesma região, também foram criados reassentamentos em outras fazendas adquiridas pela CEMIG, mas não no estilo de agrovilas. Estes foram formados com as famílias dispersas em seus lotes, aonde se observa uma maior distância entre as casas, é evidente a reclamação sobre isolamento e pouca relação entre as mesmas. A mudança neste caso foi maior, justificando a afirmação dos reassentados de que imaginavam que os reassentamentos fossem diferentes, ou mesmo não chegaram a medir as consequências do distanciamento entre os vizinhos. Os relatos quase sempre evidenciavam que nos locais de origem, a proximidade, tanto geográfica como afetiva entre a vizinhança, era maior.

Tendo em vista a complexidade do processo, uma das primeiras etapas que compreenderam o processo de reassentamento dos atingidos pela Usina de Irapé foi a seleção das terras para onde seriam relocadas essas famílias. Em seguida começaram as escolhas dos lotes por parte dos futuros reassentados. As famílias deveriam escolher suas terras, se assim fosse de sua vontade, respeitando as proximidades que existiam no local de origem, a fim de que laços de vizinhança, amizade e parentesco se mantivessem na nova localidade.

A maior parte das terras escolhidas para formar os lotes para o reassentamento das famílias atingidas foi nas chapadas que circundam a área do reservatório formado

pela barragem. Porém, registra-se casos de famílias que foram reassentadas a mais de 100 KM da região de origem, como por exemplo alguns reassentamentos formados nas áreas rurais dos municípios de Capelinha e Água Boa. Nas agrovilas pesquisadas as famílias puderam escolher a sua vizinhança, ou seja, escolhiam os lotes de acordo com quem estava reassentado ao lado, ou mesmo a formação de alguns grupos de famílias que a partir de então escolhiam seus lotes juntos.

A escolha das terras se deu de forma prevista no acordo e a população esteve no direito de escolher para quais "terras" iriam e onde seus lotes situariam. As terras do reassentamento foram repartidas seguindo os critérios e os tamanhos definidos pelo acordo. Durante essa etapa buscou-se preservar as proximidades e os laços afetivos existentes entre as famílias na comunidade de origem, a fim de que permanecessem próximos na nova localidade e para que a adaptação se desse de uma maneira menos impactante possível.

Antes das definições referentes a distribuição das terras e dos lotes era preciso que fosse feita uma avaliação prévia de benfeitorias do lote de origem, para que o reassentado fosse indenizado de acordo com os bens que possuía. Uma das modalidades aplicada como forma de ressarcimento aos reassentados, para cobrir as perdas que teriam ao abandonar de suas terras de origem, se deu através de indenizações monetárias.

A grande maioria dos entrevistados afirmou terem recebido as indenizações da CEMIG. O não pagamento de indenizações para algumas famílias se devem, basicamente, ao não enquadramento às proposições elaboradas pela CEMIG, ou seja, algumas famílias não possuíam benfeitorias na região de origem ou mesmo porque moravam com outras famílias.

Portanto, as benfeitorias que os reassentados possuíam em seus locais de origem foram descritas como bem avaliadas, o que refletiu nas indenizações monetárias recebidas pelas famílias. A maior parte dos pesquisados afirmaram ter sido justo aquilo que lhes foi oferecido. Aqui se destaca com bastante ênfase o depoimento recolhido sobre a administração desses recursos por muitas famílias indenizadas. Em poucos casos, percebem-se famílias que souberam investir o seu dinheiro e estão melhorando sua condição financeira a cada dia. Por outro lado, observam-se relatos de famílias que não souberam coordenar seus gastos e hoje vivem em situações iguais ou piores às condições que ocupavam antes de serem reassentadas.

Nas palavras de Sigaud (1992) os efeitos perversos contidos nas políticas do setor elétrico, que são responsáveis pelo deslocamento compulsório e extremamente desorganizado de milhares de cidadãos brasileiros, têm contribuído para seu empobrecimento e por uma profunda transformação do seu modo de vida.

Nisto, torna-se bastante comum na região a aquisição, por parte dos reassentados, de veículos automotores com o dinheiro pago pelas indenizações, sem medir as consequências dos possíveis gastos que o carro pode trazer futuramente (manutenção). Destaca-se também outras formas de investimentos (equipamentos domésticos, de produção e outros) que muitas vezes estão subordinadas à pessoa de má fé, aproveitando o baixo grau de informação e escolaridade que há entre os reassentados. Evidencia-se com isso a falta de orientação dos órgãos responsáveis pelo empreendimento e reassentamento dos atingidos em, de alguma forma, orientar ou mesmo acompanhar a administração dos recursos por estas famílias. Fica bem evidente que os “indenizadores” pensam apenas em cumprir a meta de indenizar, conferindo às famílias a responsabilidade sobre seus investimentos.

Outra questão de bastante ênfase se trata dos impactos socioculturais que o empreendimento trouxe para aquelas comunidades atingidas. Quando os primeiros interessados chegaram à região, no caso a empresa que avaliava o potencial energético do rio, perceberam que algumas medidas deveriam ser tomadas em relação ao rico acervo cultural que as comunidades do Vale do Jequitinhonha possuíam. Antes do processo de reassentamento, nas reuniões que eram realizadas para a definição de como as famílias atingidas seriam reassentadas, estes afirmaram que estas questões em relação à preservação de seus costumes, cultura e práticas religiosas foram discutidas. Estes também afirmaram que os empreendedores diziam que “tudo no reassentamento, as festas e outras manifestações, seriam iguais como eram feitas no local de origem” (Fala do entrevistado, 2013).

Houve alguns relatos feitos por atingidos, de que a CEMIG contratou algumas pessoas para que fizessem o registro dessas manifestações, assim como no que diz respeito em relação ao patrimônio arqueológico, para serem reproduzidas nas atuais localidades. Aqui, portanto, chama-se a atenção para uma discussão difícil de ser realizada nessas reuniões, já que o tema é bastante subjetivo, ou mesmo, que as famílias atingidas não compreendessem a verdadeira dimensão do problema a ser gerado, ou também, que estivessem mais preocupadas com outros assuntos que envolviam o

processo de reassentamento.

4.2. As novas Agrovilas de Novo Peixe Cru e Porto Corís.

O objetivo principal dos dois próximos subitens é estabelecer uma descrição pormenorizada das duas novas comunidades formadas pelo reassentamento no ano de 2005, agora organizadas no estilo de agrovilas, de Novo Peixe Cru e Porto Corís. Assim, aqui busca-se descrever a situação de vida dos reassentados em suas novas localidades com vistas em traçar um perfil das mudanças ocorridas a partir do processo de reassentamento.

4.2.1 – A Agrovila de Novo Peixe Cru

Com base nos depoimentos e entrevistas, pode-se dizer, inicialmente, que por mais que a CEMIG tentasse manter as características físicas e culturais da Comunidade de Peixe Cru, a organização espacial e o modo de lidar com os bens imateriais sofreram significativas mudanças com o reassentamento. Como bem nos lembra Rebouças (2003), a mudança aqui inferida diz respeito a ocupação do espaço, sobre o universo das práticas sociais e econômicas, e aos valores e conhecimentos sobre os usos materiais e simbólicos da natureza. O deslocamento forçado pela construção da hidrelétrica não implica somente na transferência de um lugar para o outro, levando em conta somente o fato da mudança de ambiente em que se vive, mas tudo mais é carregado, os fatos, os vestígios, a identidade e a forma espontânea de ser. Esta questão nos faz sempre ressaltar que tratamos duma questão extremamente complexa e desafiadora, à medida que tantos detalhes compõem o todo aqui estudado.

4.2.1.1 – A infraestrutura e a nova organização espacial da comunidade

As atuais terras definidas para receber o Centro da Agrovila da comunidade de Peixe Cru possuem uma dimensão de 50 ha, localizado próxima a MG 367, em meio a uma área de reflorestamento de eucalipto, anteriormente conhecida como Fazenda Campo Limpo. Nesta área foram reassentadas 22 famílias, no qual cada uma teve o direito a, em média, 40 ha de terra, conforme disposto no Termo de Acordo de

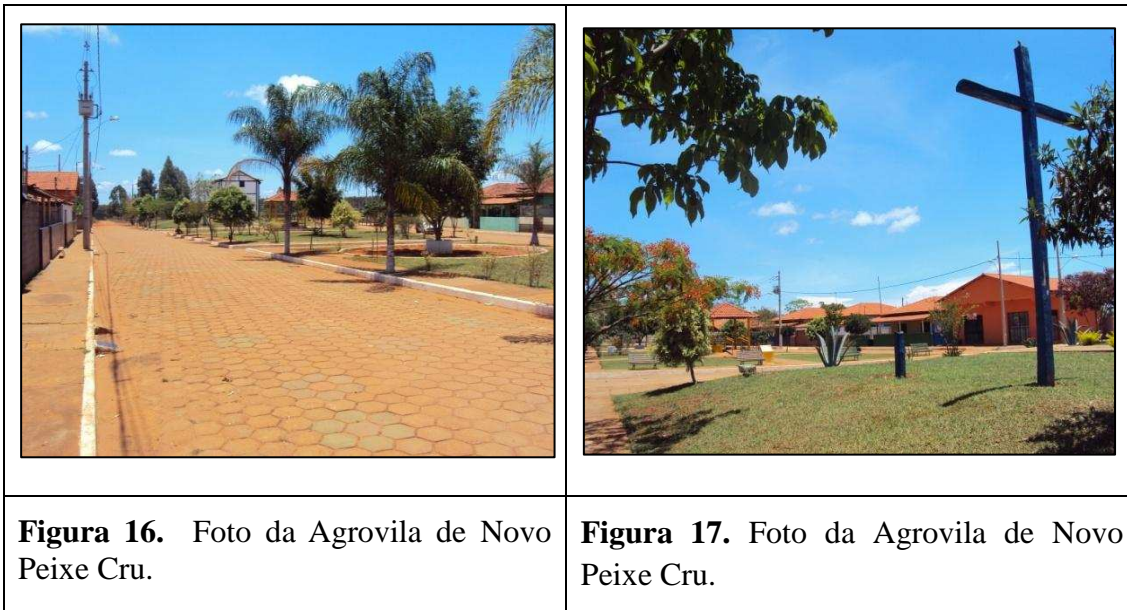
reassentamento estabelecido pela CEMIG. Desta forma, ficou estabelecido que as famílias receberiam a casa construída num pequeno lote no núcleo do povoado, e o restante das terras das famílias ficariam dispostos na região de entorno do núcleo que caracteriza o conhecido Povoado de Novo Peixe Cru²⁰.

Localizado na chapada, às margens da rodovia estadual MG – 114, o terreno localiza-se próximo ao trevo que permite o acesso, a partir da referida rodovia, para a cidade de Turmalina. Totalmente plano, apresenta cobertura vegetal com eucalipto onde ocorrem indivíduos de pequeno, médio e grande porte em decorrência de cortes seletivos (e rebrota das árvores) característicos de áreas de reflorestamento. Exemplares de espécies nativas de médio porte ocorrem, embora em quantidade reduzida devido à predominância do eucalipto. A partir do nível do solo e até uma altura que chega a atingir 2,0m ocorrem espécies de gramíneas (como capim navalha) e plantas herbáceas, do tipo trepadeiras, que se entrelaçam dificultando o deslocamento. (LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA, 2004, p?.).

Neste momento é importante destacar que o reassentamento de Novo Peixe Cru está localizado em meio a extensas áreas de eucalipto nas chapadas que compõem a margem direita do Rio Jequitinhonha. Registros arqueológicos feitos nestas áreas afirmam, que devido a falta de água, pouco se utilizou destas áreas para algum fim agrícola ou de outra atividade econômica ao longo da ocupação da região. Este limitante natural vem sendo modificado com as plantações do eucalipto, mas continua sendo um grande desafio para as famílias que moram na região no desenvolvimento de outras atividades agrícolas mais diversificadas, muito devido às condições climáticas e de composição do solo. Portanto, uma discussão que será apresentada posteriormente se trata da adaptação destes atingidos que compõem esse estudo nas novas áreas, com tantas limitações.

Entretanto, a organização do núcleo central do Novo Peixe Cru, que é apresentado nas figuras seguintes, foi pensada de forma a atender as determinações do Termo de Acordo do Reassentamento, buscando uma maior integração de seus moradores. Conforme apresentado nos documentos da CEMIG, buscou-se na nova comunidade ser o mais fiel possível com o desenho antigo da comunidade, acrescentando algumas infraestruturas urbanas, como calçamento, energia elétrica, água encanada e esgoto.

²⁰ Todas as construções dos reassentamentos, como casas, escolas, casas de beneficiamento de farinha, postos de saúde e infraestruturas de lazer, foram construídas pela CEMIG.



Fonte: Fotos do autor, 2013.

Um dos pontos mais recorrentes apontados como solicitação dos reassentados na nova comunidade foi a manutenção da Igreja do Bom Jesus como referência física e simbólica do Novo Peixe Cru. À pedido da comunidade também foi feita uma piscina comunitária bem ao lado da Igreja, que segundo os moradores deveria servir como lazer em substituição ao rio²¹. Mas, o uso da piscina da comunidade se tornou bastante emblemático, tendo em vista que a piscina demanda de um cuidado tanto de sua estrutura como de alguns procedimentos dos frequentadores por medidas de higiene. Portanto o uso destes equipamentos fica sob jurisdição da associação comunitária que então passa a regulamentar o uso da piscina, que gera muitas discussões e descontentamentos. Juntamente à piscina, situam-se uma quadra poliesportiva e um campo de futebol, que recentemente foi iluminado e cercado de telas.



A comunidade também apresenta alguns tipos de comércios, como por exemplo, a mercearia. O que se observa é que as populações hoje compram muito mais produtos do que antigamente, primeiro pelo fácil acesso a estes produtos que hoje se encontra ao lado de casa e antigamente tinha que ir até a cidade; segundo por que muitas coisas que antes plantavam e colhiam hoje não colhem mais, por causa das limitações impostas pela falta de água para o cultivo.

A questão da água no reassentamento foi a questão mais emblemática registrada durante o trabalho de campo desta pesquisa, no qual será apresentada detalhadamente na

²¹ A questão da importância de áreas de lazer foi a mais lembrada entre os mais jovens entrevistados.

seção final deste capítulo. Mas, desde já é possível caracterizar a infraestrutura disponível no local, como por exemplo: a água encanada e tratamento de esgoto. No reassentamento a água chega encanada até as residências, no qual era gratuita até meados do ano de 2013, quando a partir de então passou a ser cobrada numa taxa mensal de abastecimento. Esta cobrança já havia sido acordada desde o processo de reassentamento das famílias, depois que se cumprisse o prazo o fornecimento seria pago. Porém as famílias, claramente, não dimensionaram a gravidade da questão naquela época. E quanto ao esgoto existe um sistema de coleta e tratamento, mas segundo alguns entrevistados já não funcionam a um bom tempo, sendo despejado ao entorno do reassentamento.

Todas as questões da comunidade são discutidas na sede da Associação de Moradores. A seguir apresenta-se imagens referentes ao local:

	
<p>Figura 18. Foto da sede da Associação dos Moradores do Novo Peixe Cru.</p>	<p>Figura 19. Foto de uma barraquinha utilizada pelos comunitários em festas da comunidade situada em frente à sede da Associação.</p>



Fonte: Fotos do autor, 2013.

Quanto à infraestrutura de saúde e educação o reassentamento possui estes espaços, mas que não funcionam muito bem. Estes foram construídos pela CEMIG e passaram a ser administrados pela Prefeitura de Turmalina. Existe um posto de saúde no reassentamento e alguns profissionais da comunidade que atendem as famílias, oferecendo um serviço básico à população, mas outros serviços médicos mais complicados somente na cidade é que se tem acesso. Quanto à educação existe escola na

Agrovila, mas as crianças estão indo estudar numa comunidade vizinha chamada Posto D'antas. Apesar desta infraestrutura de educação existir no local, conforme foi informado pelos moradores, a comunidade não tem condições de manter uma escola só para seus comunitários. Fato justificado pela pouca quantidade de crianças e também pela incapacidade de atrair estudantes da região ao entorno da Agrovila.

4.2.1.2 - O trabalho e a relação com a terra

A relação dessas populações com a terra se configura não somente no aspecto da relação do trabalho, mas como também na identidade destes. Muitas mudanças podem então ser observadas com o reassentamento em relação ao uso das terras, no qual a mais significativa foi a mudança de terras de vale para terras de chapadas, que apesar de férteis são destituídas de água para o plantio, a não ser a da chuva. A seguir apresenta-se imagens das terras do reassentamento:

	
Figura 20. Roça na Agrovila de Novo Peixe Cru.	Figura 21. Quintal das casas da Agrovila de Novo Peixe Cru.

Fonte: Fotos do autor, 2013.

A situação para a produção está comprometida, mesmo que a quantidade de terras seja muito maior que antes. Isso não significou avanços, pois como diz um dos entrevistados num depoimento informal “não adianta ter terra e ela não produzir”. As terras do reassentamento são porosas e de boas condições para o cultivo, mas altamente dependentes de água, que é escassa na região.

Isto implicou numa reorganização da esfera do trabalho dentro do

reassentamento, já que nem todos eram proprietários na região antiga e tinham uma forte relação de ajuda mútua entre seus integrantes, e hoje são todos proprietários. Atualmente, cada um cuida de sua terra e cada família passou a trabalhar sozinha em propriedades que são muito maiores do que as anteriores e em áreas extremamente sujeitas às condições climáticas. Estas afirmações não implicam em dizer que não se registra trabalhos coletivos entre as famílias no reassentamento de Novo Peixe Cru, o que aqui se estabelece é um panorama geral das informações coletadas.

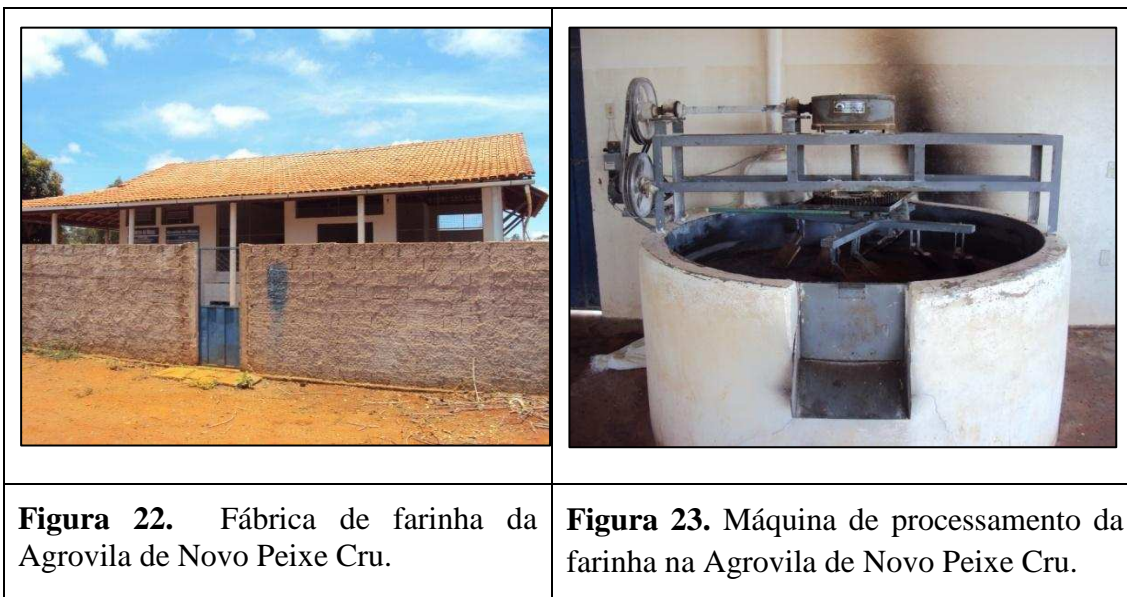
A dependência das condições climáticas para o plantio ficou muito evidente na comunidade com as chuvas ocorridas durante os dias de trabalho de campo. O assunto que mais era recorrente era a necessidade de preparar o solo para o plantio já que a qualquer momento poderia chover. Conforme informações de Roque (2007) no ano de 2006, uma das maiores secas dos últimos anos na região dizimaram as plantações de milho e feijão, restando somente mandioca, que é naturalmente mais resistente às condições do tempo. É importante ressaltar que, em períodos regulares de chuva, as condições produtivas são boas, já que as terras da chapada são férteis, mas extremamente dependentes da água.

Um estudo muito importante aqui destacado diz respeito à Mauss (1974) em que afirma que as situações propriamente geográficas são apenas uma das variáveis para se pensar os agrupamentos humanos, já que no espaço se insere múltiplas condições sociais. O meio social é dotado de uma complexidade, em que, a análise de uma única questão não é suficiente para compreender as dinâmicas que nele ocorre.

Uma produção atual que merece destaque é a produção de farinha de mandioca, que é vendida na cidade. A comunidade de Novo Peixe Cru possui uma casa de produção de farinha bem equipada para o uso individual das famílias, construída pela CEMIG como forma de compensação aos reassentados. Na página seguinte são apresentadas algumas figuras que mostram o estabelecimento.

No que concerne a assistência técnica para as famílias reassentadas, prevista no Plano de Acordo de Relocação, a EMATER-MG assumiu a responsabilidade por essas atividades desde o início do reassentamento. Apesar do esforço da instituição ser notável para o desenvolvimento da comunidade, muitas coisas não dão certo, muitas vezes por causa da dificuldade dos comunitários de realizar algumas atividades produtivas que nunca foram de sua tradição e costume, ou mesmo a resistência de inserir padronizações ao ciclo de qualidade da produção, como higiene e uso de

tecnologias, principalmente as de beneficiamento.



Fonte: Fotos do autor, 2013.

A EMATER-MG assumiu desde o início da formação dos reassentamentos as atividades de reativação econômica dos mesmos, prestando assistência em todas as atividades produtivas presentes nas novas áreas. Após a distribuição das terras entre as famílias, a EMATER-MG distribuiu uma grande quantidade de mudas de frutíferas para a formação dos quintais das casas, também coordenou as atividades de implantação e funcionamento das Casas de Farinhas, assim como oferece insumos e equipamentos para muitas outras produções agrícolas. Muitos cursos também foram e ainda são oferecidos aos reassentados, principalmente em relação à produção da farinha de mandioca, que é uma tradição destas comunidades.

Porém, ao participar de uma reunião na sede da Associação dos Moradores, tratando justamente das adequações necessárias para que a Casa de Farinha continue funcionando, pode-se perceber um grande dilema quanto ao uso da casa. O dilema citado está no fato de que para a comercialização os usuários da Casa de Farinha deveriam tomar inúmeras precauções, sobretudo em relação às medidas higiênicas de produção, o que muitos não concordavam, porque nunca haviam feito desta maneira. Outro fato emblemático é que as famílias levavam as crianças para a Casa de Farinha, o

que não é permitido e que tem gerado inúmeras discussões na Agrovila²².

Outro fato questionado na reunião foi o pagamento de uma taxa pelos usuários da Casa de Farinha para a manutenção dos equipamentos. Esta taxa é paga desde o início do funcionamento da casa, que é retirada muitas vezes com uma porcentagem da farinha produzida por cada família. Só que na reunião mencionada, a proposta era de aumento desta taxa, que era de 10% da produção para 13%. Muitos não aceitaram e começaram a culpar outros pelo mau uso dos equipamentos e falta de cuidado com o espaço e higiene da fábrica. Por fim, nesta reunião não se chegou a um consenso.

Esta situação descrita nos remete a observação de que muitas famílias desta comunidade estão submetidas a uma pequena margem produtiva. A não ser a produção agrícola, que apresenta as limitações anteriormente mencionadas, há poucas outras coisas a se fazer, ou então trabalhar nas fazendas de eucalipto da região. Um dos relatos das entrevistas deixa claro esta situação quando um morador diz que na beira do rio, quando não se plantava ou colhia, ia-se para rio fazer o garimpo, que sempre complementava a renda, o que não dá pra ser feito agora.

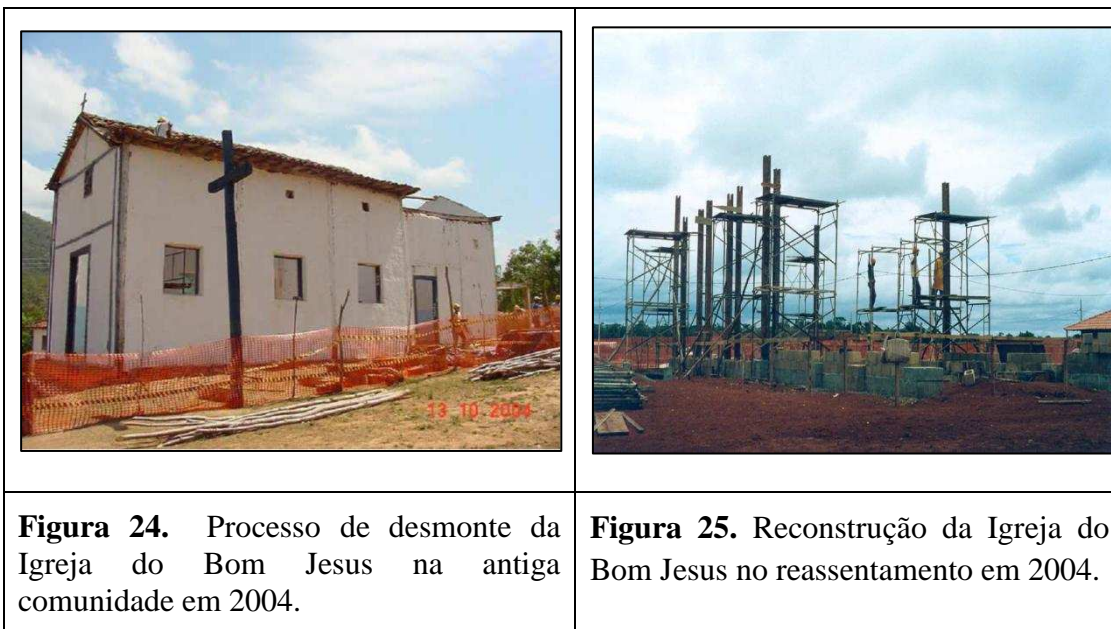
4.2.1.3 - Cultura e tradição no Novo Peixe Cru

O falar da organização da vida dos reassentados em Novo Peixe Cru remete-se, em primeira instância, a fazer referência à Igreja do Bom Jesus do Peixe Cru. Esta, como foi mencionada neste trabalho, sempre foi o símbolo maior da comunidade, seja na sua arquitetura simples como em sua simbologia, ou seja, símbolo máximo de espacialidade e espiritualidade.

Quando a comunidade precisou ser reassentada, a antiga Igreja passou por um processo de desmonte para ser reconstruída na nova comunidade, respeitando os mesmos padrões arquitetônicos originais. Alguns entrevistados afirmaram, que quando a Igreja começou a ser reconstruída imaginaram que poderia assumir padrões construtivos mais modernos, enquanto outros aprovaram a manutenção dos traços originais. Mas quanto ao serviço espiritual oferecido por esta Igreja as afirmações foram unânimes em dizer que vem perdendo força ao longo do tempo. Muitas festas que eram realizadas foram perdendo força, principalmente com a mudança de local, e também a partir do

²² A não permissão de crianças na Casa de Farinha diz respeito ao uso de máquinas que podem oferecer risco aos que estiverem por perto, e também uma maneira de se evitar a mão de obra infantil.

acesso à televisão²³, que de certa maneira “encantou” seus moradores, privando-as de atividades comunitárias tradicionais.



Fonte: arquivos da CEMIG, 2013.

Também foi possível perceber o desinteresse da comunidade em participar das atividades da Igreja, que aos poucos vem acabando. Os relatos afirmam que há missa na comunidade duas vezes por ano, e o sucesso ou não de alguns eventos depende do padre que está envolvido, se os reassentados apoiam ou não a postura do sacerdote. Antes os próprios comunitários tomavam conta da Igreja e hoje está sob guarda da associação. O que fica claro sobre esta construção é que perdeu muito sua representatividade no reassentamento, o que permite dizer que as estruturas foram carregadas, enquanto a memória ficou debaixo d'água, dentro do lago.

Um objeto, qualquer que seja, aqui nesta discussão, precisa constantemente atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais e construtivas, precisa a todo o momento evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador o representante. (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Durante a pesquisa de campo foi possível perceber o empenho para a realização da Festa da Mandioca que nos últimos anos começou a ser realizada em Novo Peixe

²³ A maioria destas famílias teve acesso à televisão a partir do reassentamento, já que no local de origem estas não tinham energia elétrica.

Cru. Esta tem movimentado bastante a comunidade, inclusive com vinda de muitas pessoas da região para participar. Nesta festa, realizada nos meses de agosto, a principal atividade são as danças e a venda de produtos feitos com a mandioca ou de seus derivados.

No contato direto com os moradores da Agrovila, muitas vezes até em conversas informais, muitos faziam uma comparação ao que tem hoje e o que tinham, sabendo reconhecer tanto as melhorias como as insatisfações. Também é possível perceber que se trata de um lugar carregado de significados, mas que vem misturando-se a vários fatores que chamamos de modernidade, como internet e televisão. Neste sentido que, posteriormente²⁴, poderemos perceber os processos de ressignificação dos espaços, que muitos dos moradores aqui identificam como continuidade da vida e para outros um começo do zero.

4.2.2 – A Nova Agrovila Remanescente de Quilombo de Porto Corís

Neste momento, debruça-se na análise das informações coletadas sobre o Reassentamento do Quilombo de Porto Corís, situado a cerca de 6 Km da cidade de Leme do Prado – MG. As informações posteriores situam-se no objetivo de destacar e caracterizar o espaço da vida desta população no reassentamento, revelando as suas particularidades em relação ao uso e ocupação do espaço em que vivem, sem perder de vista a importância dos aspectos simbólicos e culturais que também atribuem uma identidade muito peculiar destas pessoas, remanescentes de negros escravos desta região do Vale do Jequitinhonha.

4.2.2.1 – Organização espacial e infraestrutura no reassentamento

O parcelamento da Fazenda Mandassaia II²⁵ foi feito junto com a comunidade de Porto Corís, representada pela Associação Remanescente de Quilombo Boa Sorte, no qual também ficou conhecida a comunidade. O grupo optou pela implantação de uma agrovila, onde as casas seriam construídas fora da área de plantio, concentradas num

²⁴ No item 4.3 deste capítulo.

²⁵ O parcelamento desta fazenda foi que deu origem ao reassentamento. Estas foram adquiridas pela CEMIG e posteriormente distribuídas entre os reassentados.

mesmo local. A organização territorial, portanto, está definida, contemplando a divisão em lotes na agrovila e na área rural próxima, totalizando um módulo fiscal de 40 hectares de terra para cada família reassentada.

Além dos lotes rurais, o anseio da comunidade pela implantação de uma Agrovila no reassentamento foi atendido, constituídas por 17 lotes individuais de 2,25 hectares cada, dispostos ao redor de uma área comunitária onde se concentram os equipamentos de uso coletivo e público. Nesta área central da comunidade observa-se com grande destaque a escola do reassentamento, a Congregação Cristã e o Centro de Referência da comunidade, que serão detalhados ao longo desta seção.



Fonte: Fotos do autor, 2013.

No parcelamento da Fazenda para o reassentamento, contempla-se ainda uma área de 10,90 hectares para uso comunitário, 316 hectares para a Reserva Legal e 202 hectares de Áreas de Preservação Permanentes. Já as áreas das famílias foram planejadas de acordo com a capacidade de uso das terras e pela opção de mercado de cada família²⁶.

A construção do desenho da nova comunidade buscou representar espacialmente os aspectos sociais e culturais que foram definidos ao longo das negociações de

²⁶ Algumas famílias sempre se destacaram na produção de grãos e de mandioca, portanto, houve certo privilégio em relação à escolha de suas terras, sendo escolhidas as melhores e mais bem localizadas.

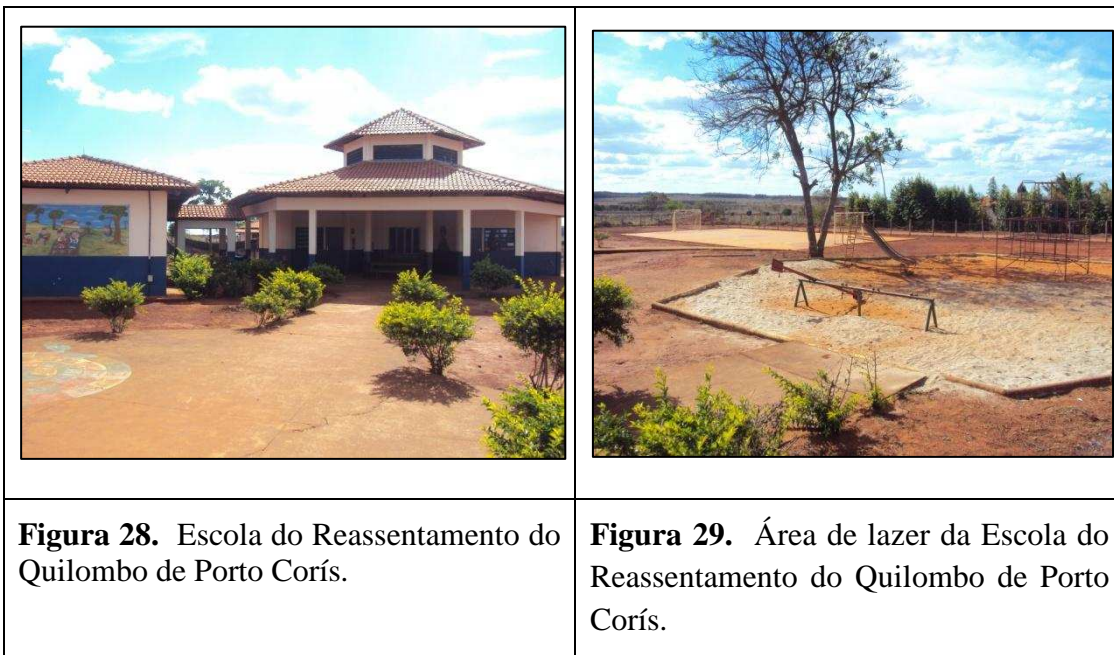
reassentamento, contando com a participação dos comunitários e do corpo técnico responsável pelas obras. Para tanto foi fundamental uma análise antropológica no sentido de identificar as redes de relação e interação entre as famílias do antigo povoado de Porto Corís, a fim de se identificar as relações de vizinhança e de ocupação do espaço. Para tanto, acordou-se para o modelo de Agrovilas que ao mesmo tempo em que facilitaria a manutenção das características estruturais e simbólicas da comunidade também permitiria o desenvolvimento da mesma através da inserção de novas tecnologias, sobretudo as produtivas.

Conforme informações da EMATER-MG, as plantas das casas da antiga comunidade foram criteriosamente registradas, a fim de que os novos projetos arquitetônicos fossem adequados às características originais de cada família, em que as principais variáveis eram o número de quartos, instalação sanitária e fogão à lenha. Portanto, os diferentes padrões para a construção das moradias foram apresentados e as famílias escolhiam aqueles que preferissem para sua moradia.

A preocupação com a sustentabilidade e reprodutibilidade do modo de vida da Comunidade de Porto Corís em relação à questão habitacional foi fator crucial quando da elaboração do conceitual teórico para nortear os projetos arquitetônicos. As soluções apresentadas visavam preservar o modo de vida local, destacando a relação com o fogão à lenha, o tipo do piso e o forro das casas. Apesar destas preocupações, as casas que eram antes de adobe hoje são de alvenaria, telhado de telhas coloniais, e chão liso.

A Agrovila dispõe de duas vias principais de acesso e uma secundária específica para os lotes rurais, localizada perto da área de preservação permanente das nascentes do Córrego Mandassaia. A área central da comunidade está cerca de 500 metros da MG-367, no qual uma estrada de terra de boa qualidade faz a ligação.

Além das casas das famílias há uma área de equipamentos públicos dentro da Agrovila, como a Escola, o Posto Telefônico, Posto de Saúde e o Centro de Referência Histórico e Cultural. A Escola oferece o Ensino Fundamental, além de estudantes do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Esta também apresenta uma boa infraestrutura, inclusive na área de lazer, e um ensino muitas vezes satisfatório na opinião dos reassentados. A seguir apresenta-se imagens do local:



Fonte: Fotos do autor, 2013

O Centro de Referência Histórico e Cultural do Reassentamento do Quilombo de Porto Corís é um equipamento público emblemático dentro do reassentamento, não por sua finalidade, mas pela falta de uso do espaço. O centro foi construído com um auditório para apresentações de teatros, danças e outras atividades, várias salas para funcionamento de diversas atividades, espaço de museu que atualmente abriga maquetes das antigas comunidades, além de sala de informática (que atualmente não funciona), cozinha e banheiros muito bem equipados. Na página seguinte apresentam-se fotografias tiradas do prédio durante a viagem de campo desta pesquisa.

Porém, o local se encontra muito abandonado, já que pouca ou nenhuma atividade cultural, ou de outro caráter, estão acontecendo. O fato dos reassentados serem quase todos evangélicos também influenciam no pouco uso do lugar, já que o espaço da Congregação é sempre utilizado para as manifestações e confraternizações da Igreja, como detalharemos numa das seções seguintes.

A comunidade também dispõe de uma sede para Associação de Moradores, no qual muitas reivindicações em favor dos reassentados, inclusive de reuniões memoráveis em Brasília e em Belo Horizonte foram possíveis devido a esta organização comunitária. Junto à sede da Associação localizam-se equipamentos públicos, como: máquinas para o plantio, tratores, locais de armazenamento da produção e posto telefônico.



Figura 30. Centro de Referência Histórico e Cultural do Reassentamento de Porto Corís.



Figura 31. Auditório do Centro de Referência Histórico e Cultural do Reassentamento de Porto Corís.



Figura 32. Sala de informática do Centro de Referência Histórico e Cultural do Reassentamento de Porto Corís.



Figura 33. Espaço para uso diverso do Centro de Referência Histórico e Cultural do Reassentamento de Porto Corís.

Fonte: Fotos do autor, 2013.

Outra infraestrutura essencial e fundamental no processo de reassentamento foi a questão do acesso à água. Na comunidade de Porto Corís, assim como referido na comunidade de Novo Peixe Cru, a água chega encanada nas casas e uso para o cultivo e para os animais é extremamente limitado. Afirma-se esta limitação devido ao fato de que, no momento, cada família possui um limite de consumo de água controlado pela

empresa distribuidora COPANOR, o que diverge bastante à realidade de abundância de água quando as famílias moravam à beira do rio. Também, algumas casas do reassentamento possuem pequenos reservatórios para captação de água da chuva, que contribuem, principalmente, no uso para o cultivo nos quintais. Alguns reservatórios ainda estão em construção.



4.2.2.2 - O sistema produtivo

O sistema produtivo do reassentamento caracteriza-se pelas atividades ligadas à agricultura, criação de animais, agroindústria, artesanato e comercialização. As famílias possuem projetos de produções individuais e coletivas, com a intenção clara de comercializar o excedente. Conforme o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Reassentamento (PDS), ao lado da assistência técnica prestada pela EMATER²⁷, as famílias deveriam buscar a convivência com o meio ambiente, utilizando técnicas naturais, evitando agrotóxicos, e desenvolver condições de produção autossustentável.

De acordo com o mesmo PDS, o reassentamento foi criado com a premissa de atender a segurança alimentar e nutricional de seus beneficiários, uma vez que garantida uma boa alimentação, o excedente poderá ser processado e comercializado, de modo a inserir o produtor no mercado, a fim de aumentar a renda familiar. Para que a atividade mencionada obtenha sucesso as ações devem ser coordenadas pela Associação de Moradores, desde a compra de insumos até o plantio, colheita e a facilitação para a comercialização.

Em debate nas Associações de Moradores sobre as atuais condições produtivas no reassentamento eles afirmaram que muitas coisas acontecem realmente, outras ficaram somente na esfera do planejado. “Tudo parece muito perfeito quando se faz um plano”, mas levando em conta a extrema dependência do clima, o sistema produtivo da comunidade se encontra limitado. A água é um bem essencial para o sucesso da diversidade da produção, no qual encontra muito limitada no reassentamento, o que diverge da antiga comunidade à beira do rio.

²⁷ A assistência técnica prestada na Agrovila de Porto Corís se assemelha à descrita anteriormente na Agrovila de Peixe Cru.

	
<p>Figura 34. Áreas de pastagens no Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.</p>	<p>Figura 35. Pequena área de plantio no Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.</p>

Fonte: Fotos do autor, 2013.

As características físicas da Fazenda Mandassaia sempre foram muito favoráveis às pastagens para a criação de gado. Portanto, no atual momento, muitas famílias possuem pequenos rebanhos bovinos, que servem para o atendimento das necessidades das famílias. Uma tradição da comunidade é a criação de porcos, isto desde os locais de origem. Estes animais ainda são criados de maneiras bem rudimentares nas casas dos reassentados.

Na agricultura destaca-se a produção do milho, feijão e a mandioca. No caso específico da mandioca, esta serve também para abastecer a produção de farinha da comunidade, que também possui uma Casa de Farinha. Mas, assim como na Comunidade de Novo Peixe Cru, os comunitários desta localidade também estão fortemente submetidos às condições climáticas para o sucesso ou insucesso das atividades produtivas. Como afirma um dos entrevistados “quando o tempo corre bem, a produção também é boa”.

4.2.2.3 - Aspectos culturais

É inevitável começar a elaborar este tópico sem voltar na questão do edifício mais imponente da Agrovila, que é o Centro de Referência Histórico e Cultural da Comunidade de Porto Corís. Devido ao fato de Porto Corís ser um remanescente de quilombos, a comunidade se constitui como detentora de direitos culturais e históricos,

assegurados pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal Brasileira. Este espaço possui como destaque os seguintes objetivos: proporcionar um espaço de encontro e lazer, na área do reassentamento; preservar a memória coletiva e promover a valorização dos aspectos culturais da comunidade e criar um espaço para abrigar a documentação histórica e registros da antiga comunidade. Para estas ações contou-se com o apoio da Prefeitura de Leme do Prado, o IPHAN/MG, a CCB, e a Associação de Moradores do Reassentamento.

Porém, como foi mencionado, o espaço se encontra pouco utilizado pelos reassentados, e muitos dos equipamentos que compõem o local estão inutilizados ou em precárias condições. Um exemplo disso são os computadores da sala de informática que estão extremamente ultrapassados. Os arquivos históricos não estão dispostos de uma maneira adequada e didática àqueles que porventura desejarem ter acesso, já que está tudo guardado e apenas algumas maquetes estão em exposição. O local se encontra fechado e poucas atividades são realizadas. Essa descrição permite afirmar que muitas infraestruturas que são planejadas muitas vezes não são aquilo que se imagina ser, o que nos leva questionar a sua existência, ou mesmo aqueles que são responsáveis pela manutenção e por atividades do local.

	
<p>Figura 36. Centro de Referência do Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.</p>	<p>Figura 37. Congregação Cristã do Brasil no Reassentamento do Quilombo de Porto Corís.</p>

Fonte: Fotos do autor, 2013.

A presença da Congregação no reassentamento chamou muita atenção durante o trabalho de campo desta pesquisa, tendo em vista que praticamente todos os

comunitários são evangélicos. Porém estes apresentam uma cultura muito marcada pelas festas de santos, comuns da Igreja Católica. Esta questão ficou evidente na entrevista feita com um dos moradores, que falava que ele representava um santo na antiga comunidade. Então, a representação destes santos formava um corpo de “festeiros” que eram responsáveis pela realização das festas religiosas na antiga comunidade, o que não acontece mais na nova localidade.

Contudo, percebe-se que, ao longo do tempo, ainda mesmo no local de origem aconteceu a chegada da Congregação e as famílias foram se tornando adeptas á nova religião. Devido ao fato de algumas normas da nova Igreja terem sido adaptadas pelos reassentados, muitas das tradições antigas foram se perdendo. Também o fato de que muitas festas da região se remetiam à lendas e superstições, que ao longo do tempo vai passando a ser questionada, e o que antes era feito não se realiza mais. Muitas vezes este fenômeno acontece não como uma ruptura radical em relação às antigas tradições, mas sim ocorre numa inserção de novos elementos constitutivos, que ao longo do tempo pode desprezar antigas manifestações ou mesmo atribuir a elas novos significados.

Outro fato bastante instigante registrado durante a presença junto à comunidade é que muitas das famílias que participam da Congregação assumem radicalmente as suas condutas, como exemplo o fato de ter famílias que não possuem nenhum meio de comunicação em sua casa, como televisão e rádio. Esta situação em nenhum momento foi enxergada como uma imposição aos participantes da Igreja, mas sim uma opção livre dos reassentados. Muito interessante aos nossos dias, em que a informação é uma das bases mais importantes da sociedade capitalista, saber que famílias, de sua livre vontade, se privam destes meios, afirmando muitas vezes que estes só ensinam coisas ruins para a vida. Estas descrições mostra como é complexo o entendimento da vida de determinadas populações, e como estes fatores culturais podem exercer papel fundamental na organização da vida em comunidade e de relação com o meio.

4.3 – Os dilemas de uma nova vida num novo lugar

A vida dos reassentados em suas atuais localidades está estruturada em situações bem diversas, nos quais vários dilemas podem ser identificados. Só para ressaltar, nem todos os atingidos pela UHE Irapé foram reassentados em formatos de Agrovila, o que permite visualizar possíveis contentamentos e descontentamentos quanto a isso.

Observam-se, como já foi mencionado, que em comunidades mais distantes dos núcleos urbanos e com dispersão das famílias em seus respectivos lotes, os reassentados se encontram em situações mais precárias, porém ressalta-se que nesta questão pode haver situações pessoais, familiares, ou mesmo de infraestrutura que justifique a opinião. Também é indiscutível, que a maioria das famílias que estão situadas nas Agrovilas estudadas, se considera um pouco mais satisfeita com a sua vida onde estão. De fato, como observado, muitos aspectos estruturais e de acesso a serviços necessários condicionam a sua opinião.

Nesta questão fica nítida a procura por uma melhor qualidade de vida dentro do reassentamento, já que foram colocados diante da inevitável mudança para as novas localidades. Tão fundamental quanto descrever os aspectos característicos das comunidades apresentadas é também ter em mente a compreensão sobre o que aqui se refere como qualidade de vida do grupo. Conforme analisa Souza (1982, p.15), a qualidade de vida:

[...] abrange tanto a distribuição dos bens de cidadania — os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais — quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e nem por isso menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social.

Do ponto de vista da Organização das Nações Unidas (ONU), a qualidade de vida está relacionada à satisfação do cidadão, no que diz respeito ao acesso a alimentação, aos serviços de saúde, ao conhecimento, as boas condições de trabalho, ao lazer e a participação nas atividades econômicas, culturais e políticas da comunidade.

Neste estudo, também é bastante pertinente ressaltar que a felicidade de determinados grupos, como por exemplo, a satisfação de parte dos atingidos em suas novas localidades, geralmente está associada a uma boa administração da família e dos recursos que ela dispõe, sobretudo aqueles que foram adquiridos através das indenizações. Ou seja, sempre é preciso evidenciar que é um conjunto de fatores que define a opinião em relação à determinados assuntos.

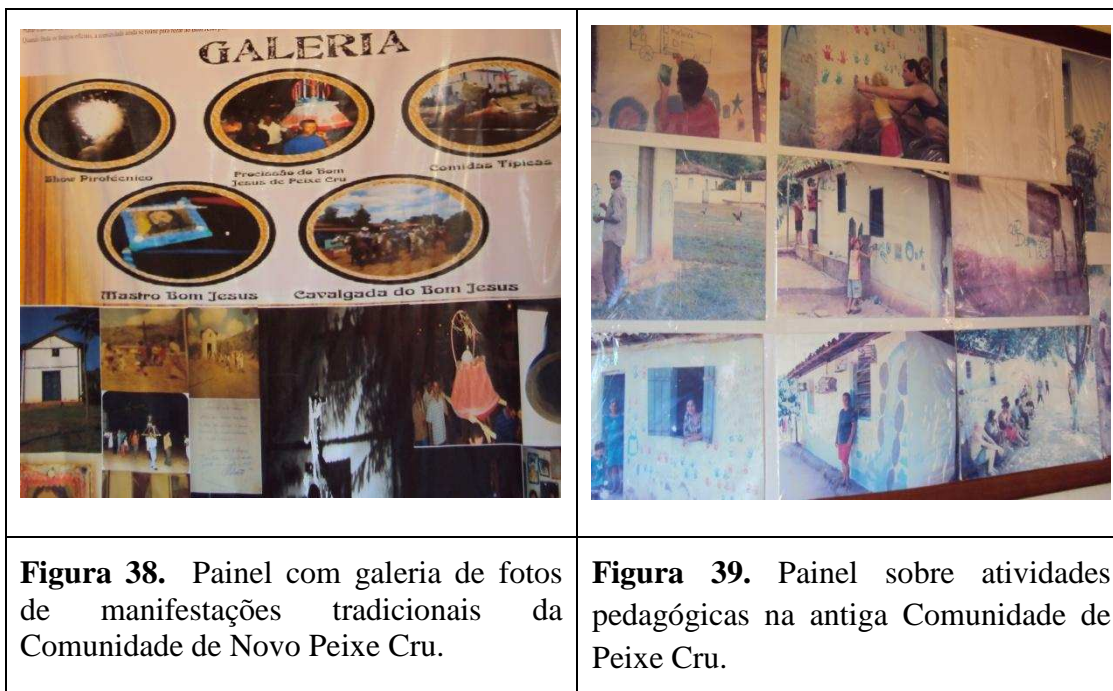
Toda a discussão deste tópico traz à tona o elemento central para a identificação da perda sofrida por estas comunidades, o rio. Este aqui se encontra referente não só pelas águas que passavam a todo o momento em seu curso, mas remete também à relação de seu significado para a população. Era do rio e da terra que nasciam as relações dos moradores destas comunidades, como povoado, como vizinhos e como

famílias. De fato, a persistente manutenção de aspectos materiais e imateriais nas atuais localidades está diretamente ligada à utilidade destas práticas no cotidiano de seus detentores. A preservação destes patrimônios encontra-se ameaçada pela força da modernidade e sua tendência de homogeneização da sociedade.

Conforme as palavras de Roque (2007, p. 99) as comunidades impactadas por hidrelétricas sempre sofrem no quesito da preservação das identidades e da sua luta pela persistência daquilo que sempre lhe foi particular:

Uma das questões que se coloca, então, é a de que um dos elementos mais marcantes no processo de construção de identidades que é o apelo aos antecedentes históricos assume, no caso das comunidades impactadas por empreendimentos hidrelétricos, um papel ambíguo. Isto porque ao lidar com o passado perdido o que vem à tona é a perda compulsória daqueles elementos que significavam a existência mesma do grupo: seu lugar de origem, sua história comum, seus antepassados. Assim, evocar o passado implica em evocar a perda e o sofrimento. Por outro lado, há uma dimensão no processo de construção de identidades que é projetiva. Nesse sentido, admite-se que há uma dimensão da constituição das identidades que trabalha com o “tornar-se”, ou seja, há um continuum do processo de construção das identidades, que faz com se possa pensar em formas de organização possíveis para as comunidades impactadas por empreendimentos hidrelétricos (ROQUE, 2007, p. 99).

De acordo com informações da CEMIG e de relatos dos reassentados foram feitas várias ações antes do reassentamento para que as atividades tradicionais fossem preservadas para a nova comunidade, como por exemplo: os psicólogos contratados pela CEMIG que fizeram um trabalho com as crianças da escola para que fossem feitos livros contendo versos e cantigas tradicionais do povoado; assim também quando houve a presença de antropólogos para o mapeamento das manifestações tradicionais dos atingidos; e outras atividades. Nas figuras a seguir apresenta-se algumas das manifestações das comunidades, registradas em painéis na sede da Associação dos Moradores:



Fonte: Fotos do autor, 2013.

Portanto, no que se refere às questões culturais que envolvem a vida nesses novos lugares, o que se registra são perdas significativas no momento atual em relação à preservação da cultura de origem, seus costumes, suas práticas religiosas no interior do reassentamento. Muito pouco, no momento, é feito com relação ao assunto. Registra-se um distanciamento grande da Igreja Católica em relação aos reassentados, já que grande parte destes se declarou católicos na Agrovila de Peixe Cru. Ainda sim são realizadas algumas festas tradicionais, que movimentam bastante as comunidades, principalmente nas agrovilas que possuem maior quantidade de pessoas. Por exemplo: Festa do Bom Jesus no mês de agosto, no Povoado de Peixe Cru em Turmalina- MG. Fato essencial para que estas festividades tradicionais continuem existindo é que as identidades devem estar ancoradas ao sentimento de pertencimento a uma determinada localidade, e assim criar “(...) uma consciência de si na relação com o outro (...)” (CARNEIRO, 1998, p.13).

Somando-se aos aspectos culturais, os dilemas da educação nos reassentamentos mencionados são muito perceptíveis. A questão referente ao acesso à escola é bastante complicada. Um fato interessante é a inserção do transporte escolar na vida desses estudantes dos reassentamentos. Com a nucleação das escolas nos centros urbanos, ou a construção de unidades escolares apenas em aglomerados habitacionais, as Prefeituras

e/ou Estado disponibilizam ônibus ou vans para o transporte dos alunos. Em tese, a escola estando localizada ou não próximo à residência familiar, os alunos em idade escolar não deveriam ficar sem estudar. A CEMIG não se responsabilizou pela construção de escolas, a não ser nas Agrovilas, aonde pôde-se constatar que se encontram em condições bem limitadas, por considerar que a educação, assim como a saúde é de responsabilidade do Estado. Outro ponto importante a ser pensado se trata da questão da centralização das escolas em áreas urbanas ou em pequenos aglomerados, que de uma maneira ou de outra, pode dificultar a inserção desse aluno no seu contexto.

É indiscutível a maior oportunidade criada quando nos referimos ao acesso dos estudantes à escola após o reassentamento. Também obtivemos casos de pessoas (inclusive adultos) que estão voltando a estudar, e que manifestaram seu descontento com a dificuldade de acesso ao nível superior na região. Mas, na Agrovila de Novo Peixe Cru o fato de ter uma escola na comunidade sem funcionamento, fazendo com que as crianças saiam para estudar fora gera um descontentamento muito grande.

Somando-se a esta questão das escolas, também foi possível perceber que, a grande maioria dos reassentados afirmaram que a participação junto às Associações de Moradores é de extrema importância para o bom andamento de algumas ações realizadas pelas famílias dentro de seus lotes. É através das associações que muitos dos reassentados conseguem adquirir instrumentos e práticas para viabilizar muitas de suas atividades, como por exemplo: uso de implementos agrícolas na produção, orientações para plantios coletivos, aquisição de conhecimentos técnicos e práticos através dos cursos que são oferecidos, e assistência técnica especializada da EMATER e de outras entidades.

Em estudos de outros empreendimentos hidrelétricos no Brasil, Sigaud (1992) destaca que, para se produzir uma boa coesão entre essas famílias é decisivo o surgimento de associações no interior dos reassentamentos formados, que passam a funcionar como grupos de pressão junto a diferentes organismos do Estado, no sentido de forçar a liberação de recursos para obras de infraestrutura, assim como para a obtenção de crédito.

O grau de participação dos reassentados nas Associações das Agrovilas estudadas devem considerar inúmeras especificidades encontradas em cada uma dessas unidades. Observa-se que as associações das localidades pesquisadas são consideradas bem sucedidas pelos reassentados, por apresentarem pessoas confiáveis e responsáveis

que as conduzem, e pelo alto grau de mobilização popular que essas áreas possuem, sobretudo quando são marcadas as reuniões para discutir o andamento das diversas ações a serem implementadas. Contrariamente, em alguns casos, registram-se queixas por parte de alguns reassentados de má condução das atividades, que na maioria das vezes é atribuída a culpa ao presidente da associação. Muitas vezes a associação de moradores também é vista como um verdadeiro barril de pólvora, pronto para explodir, já que nem sempre se consegue um acordo.

Durante a participação em uma destas reuniões foi possível perceber que, por mais que se pareça que os responsáveis pelas Associações são extremamente dedicados à suas funções, ainda sim há muita discórdia, muitas vezes pelo fato da inserção do que é novo, e que quase sempre não é fácil de compreender. O dilema aqui apresentado diz respeito ao fato de que as associações atuais das comunidades são extremamente favoráveis à inserção das tecnologias na vida dos comunitários, o que nunca foi uma característica comum entre estes. Antes, toda a esfera da vida é regida e organizada pela cultura, pelos conhecimentos tradicionais, pela relação com o tempo e o clima, ao passo que nas atuais agrovilas o desenvolvimento tecnológico das atividades domésticas e produtivas é a base do sistema de vida das comunidades. Aqui, em nenhum momento afirma-se que estas pessoas não possuem direito ao acesso aos bens tecnológicos, mas questiona-se somente se esta é verdadeiramente a opção adequada a esses reassentados para a sua vida atual e para as suas futuras gerações.

Outra questão, não menos importante, trata-se das possibilidades de lazer nos reassentamentos formados. A grande ausência de infraestrutura de lazer no meio rural é generalizada no Brasil como um todo, portanto, não seria diferente nos reassentamentos estudados. Atualmente, as principais atividades de lazer verificadas estão, especialmente, na Agrovila de Novo Peixe Cru, onde foram construídos campos de futebol, quadras poliesportivas, uma sede para a associação que serve para atividades sociais, igreja e, em um aglomerado urbano encontrou-se até uma piscina semiolímpica. Alguns depoimentos dos reassentados demonstram que nos demais lugares a regra geral é um precário campo de futebol e bares com mesas de sinuca.

Alves Filho (2008), pesquisando assentamentos de reforma agrária do INCRA em Minas Gerais também encontrou esta mesma ausência de lazer para os filhos dos beneficiários da reforma agrária. Esta foi uma das variáveis responsáveis pelo êxodo dos jovens do meio rural para a cidade, especialmente para aqueles que tiveram acesso a

mais tempo à escola. Do outro lado, podemos observar que a maior parte dos pesquisados afirmaram que dispunham desse ambiente em suas localidades de origem, mesmo que de maneira parcial. Essa referência, na maioria dos casos, condiz com as proximidades que as residências dos reassentados possuíam do rio, que foi citado em diversos momentos como a melhor alternativa de lazer que essa população desfrutava na sua região de origem. Como algumas crianças disseram em depoimento informal “não tinha nada mais legal do que brincar no rio, pular das cachoeiras...”.

Nessas observações vem o maior dos dilemas encontrados: viver longe do rio e ver a água como um bem escasso nos dias atuais. A água disponível nos reassentamentos não é utilizada somente para o consumo humano, mas também para os animais domésticos e para o cultivo das terras. Na questão da água para o cultivo, através das considerações dos reassentados, pôde-se perceber que há um grande descontentamento, isso devido basicamente aos lugares físicos (chapadas destituídas de cursos d’águas) onde essas famílias foram reassentadas. Em sua maioria, os reassentados afirmaram ter decaído as condições de produção. Além da água que chega encanada nas comunidades, na responsabilidade da empresa COPANOR, também observa-se a construção de reservatórios para armazenamento da água da chuva, como é ilustrado na figura seguinte:

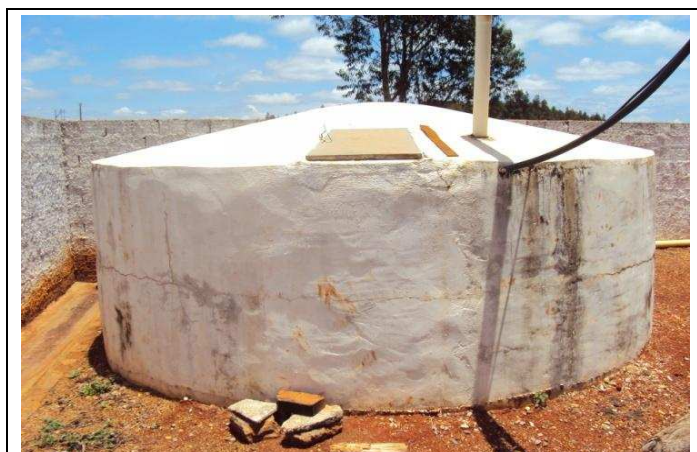


Figura 40. Reservatório de água da chuva na Agrovila de Novo Peixe Cru.

Fonte: Fotos do autor, 2013.

O consumo de água pelas famílias e para abastecimento dos estabelecimentos coletivos, como a sede da Associação e a fábrica de farinha, o dilema está no fato da

recente necessidade de controle do uso da água, devido às taxas que passaram a serem cobradas. Estas taxas estão chegando com um preço absurdo segundo os reassentados, o que nos permite dizer que estas famílias estão tendo um consumo excessivo de água²⁸. A justificativa mais clara sobre a situação se deu quando um dos reassentados afirmou que as famílias querem usar a água do mesmo modo que usavam na beira do rio. Uma das comunitárias, durante a reunião na sede da Associação afirmou a seguinte frase “Também, tem gente que tá levando até os cachorros pra tomar banho no banheiro”. É inevitável não fazer uma crítica a esta limitação de uso da água para populações que durante toda a vida tiveram a abundância do rio.

É importante destacar que a cobrança da água estava prevista desde o ano de 2005, quando estas famílias foram reassentadas. A CEMIG arcaria com os custos do fornecimento durante os oito anos de contrato firmado no Plano de Acordo do Reassentamento. Mas, as discussões são tão amplas atualmente porque só agora os reassentados estão sabendo de fato como funciona este sistema de cobrança de água, antes nunca experimentado.

Para encerrar este subitem, outro aspecto a salientar, no que diz respeito aos resultados do trabalho de campo, foram os depoimentos acerca do término da convivência entre as pessoas nas Agrovilas e a insegurança de se morar à beira de uma rodovia. Muitas famílias não saíam de casa no início da moradia nos reassentamentos com medo de assaltos ou de acontecer alguma outra coisa. Hoje são as mulheres que ainda mantêm alguns contatos dentro da Agrovila, já que os homens vão trabalhar em seus lotes ou nas fazendas vizinhas Grande parte das mulheres ficam em casa (nas Agrovilas), dedicando-se exclusivamente às atividades domésticas.

Enfim, através dos dilemas apresentados anteriormente, o remanejamento das famílias atingidas por Irapé proporcionou uma nova realidade em relação a que tinham antes da mudança. É a memória, a cultura, a identidade, a relação e uso da terra, o convívio social e muitos outros aspectos que são mudados ou atribuídos de novos significados, ao mesmo passo que se muda de lugar.

²⁸ De acordo com informações coletadas no campo, algumas famílias estão pagando de R\$50,00 a R\$ 150,00 de conta de água, o que é um valor muito alto em vistas as condições econômicas das famílias que moram nas Agrovilas.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debruçar sobre a trajetória das famílias atingidas pelo empreendimento Irapé tornaram-se evidentes certas contradições existentes neste tipo de obra. De um lado o discurso em favor do progresso, e do outro a força avassaladora que varre as comunidades ribeirinhas de um dia para o outro, local este marcado pela presença de pessoas que lutam uma vida inteira para manter toda a esfera de sua existência e sua representatividade singular para as futuras gerações.

De fato, a experiência evidencia que as questões ambientais, culturais, econômicas e sociais demandadas para o tratamento da construção das hidrelétricas no país tem se tornado grandes empecilhos ao processo.

Como se pode perceber, a ideia carregada pelos empreendedores no tratamento da imagem do Vale do Jequitinhonha como um lugar de misérias vem justificando, nos últimos anos, a implantação de inúmeros projetos de cunho modernizante em nome de um suposto desenvolvimento regional. Tais projetos são, muitas vezes, desenfreados na região, em que a desconsideração das alternativas e participação dos habitantes é muito frequente. Tudo isso em detrimento de um atendimento imediato às exigências do mercado energético. Portanto, os grupos sociais se encontram à margem deste processo, na luta pela manutenção da sua concepção de natureza, enquanto de outro lado são pressionados por outra idealização da natureza, aquela que está a serviço dos interesses econômicos.

O caso estudado também traz à discussão a violência de que os empreendimentos hidrelétricos significam quando se observa a inevitabilidade do deslocamento, tendo em vista que este é um processo forçado, mesmo que feito por meios de acordos. Entretanto, as grandes decisões estão nas mãos daqueles que detêm os critérios técnicos de atuação, ou seja, os grandes empreendedores, e o diálogo com a sociedade se dá somente quando quase tudo já está definido. O que se observa nestes processos de acordos são meras formalidades que trazem caráter legitimador e de convencimento de que a obra é necessária e de que todos vão sair ganhando.

Neste ponto, elenca-se, novamente, a constatação da insatisfação de muitos daqueles que foram abordados pela pesquisa em relação aos diversos aspectos que compreendem a vida individual e coletiva dessas populações. Os motivos de uma possível infelicidade, ou até mesmo o contrário, são bastante complexos; que podem

variar desde as relações mais simples entre as pessoas e seus meios de vida de outrora, ou de relação com a natureza, que se tornaram essência para suas vidas; até mesmo devido à incorporação da mentalidade de que o homem de hoje só pode se realizar plenamente quando está inserido na dinâmica capitalista e dos benefícios que ela pode trazer.

Conforme foi descrito, os passos dados na trajetória de vida dos atingidos de Irapé revelam que pouca margem foi dada às possibilidades de atendimento das necessidades dos reassentados, desde as relacionadas às questões de infraestrutura aos fatores mais subjetivos de serem trabalhados, demonstrando que a reversão de determinadas situações são muito pequenas, da mesma maneira que não se pode mais voltar a morar onde já está alagado.

Por fim, reconhece-se que muito ainda está por se fazer neste percurso que é tão longo, na perspectiva de que os atingidos por barragens sejam reconhecidos em sua condição humana e cidadã, em que não pese somente os deveres, mas também o pleno exercício de seus direitos. Questiona-se com um olhar crítico a cerca das visões que são atribuídas aos nossos rios de que são grandes jazidas de energia, prontas para gerarem riquezas. Ao passo que, do outro lado desconhece-se, ou mesmo força-se desconhecer, que os rios também são expressão territorial máxima na vida de muitas pessoas, servindo este como recurso essencial à condição de reprodução do homem e de todo acervo cultural que este constrói ao longo das gerações.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial, 1500-1800**. 7. ed. rev., anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988

ACSELRAD, Henri. Cidadania e Meio Ambiente. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Meio Ambiente e Democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

ACSELRAD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. “**Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil**”, mimeo, trabalho preparado especialmente para o encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clasco – Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2000.

ALVES FILHO, E. **Legitimação de saberes dos trabalhadores rurais e sustentabilidade dos assentamentos de Minas Gerais**. Departamento de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Relatório de Pesquisa, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Persona, 1988.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidroeletricidade. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, Vol. 21, n. 59, p. 139 - 153 Jan./Abr. 2007.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo. Livraria Duas Cidades, 2003.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 11, 1998.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG). **UHE Irapé –Leme do Prado**. Disponível em:

http://www.cemig.com.br/ptbr/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Paginas/leme_do_prado.aspx. Acesso em 27 de Março de 2014.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG). **UHE Irapé – Turmalina**. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt/br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Paginas/turmalina.aspx>. Acesso em: 30 de Março de 2014

ELIAS, Nobert. A civilização como transformação do comportamento humano. In: **O processo civilizador. Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1994 p. 65-95

GIDDENS, Anthony. Consecuencias de la modernidad. Madrid: Alianza, 1990.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, p.43-71

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 3 ed. 1992.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico Leme do Prado**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=313835>>. Acesso em: 01 de Mar. 2014.

LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA UFMG. **Salvamento Arqueológico na Área Diretamente Afetada pela UHE Irapé**. v.7, 2004. (Relatório Técnico, Arquivo da CEMIG).

LEME DO PRADO – MG, Disponível em: <http://lemedoprado.org.br/> acessado em 27 de Março de 2014.

LITTLE, Paul. Eliot. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente – Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2001.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro. Zahar Editora. 1978

MULLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

MUNIZ, Lenir Moraes. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. In: Revista Pós Ciências Sociais. V.6, nº 12, 2009. UFMA, p. 181-195.

NASCIMENTO, Daniel Trento. **O papel dos conflitos socioambientais e de fenômenos climáticos extremos no fortalecimento da gestão ambiental municipal no sul catarinense**. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. 2010

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. v. VI, n. 119. Ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>>. Acesso em: 12 de março de 2013.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROQUE, Lucas dos santos. **Um estudo sobre o patrimônio imaterial de uma comunidade reassentada compulsoriamente: Peixe Cru e a Usina Hidrelétrica de Irapé, MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Ed. Petropolis, Vozes, 1978

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton. [et. al.]. **Território, Territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. P. 13 – 21.

SANTOS, Sônia B. M. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará/Université de Paris, 2007.

SCOTTO, Gabriela; LIMONCIC, Flavio [orgs.]. **Conflitos socio-ambientais no Brasil**.

Rio de Janeiro: **Projeto Meio Ambiente e Democracia**; IBASE, 1997.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **RBCS**, n.18, ano 7, 1992.

SOU MINEIRO, SOU DO VALE DO JEQUI. **UHE Irapé**. Disponível em: <http://www.soumineirosoudoaledojequi.com.br/2013/02/usina-hidreletrica-de-irape.html>, acessado em 27 de março de 2014.

SOUZA, Amaury (Org.). **Qualidade de vida urbana** — Introdução, Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Debates Urbanos n. 7).

VAINER, Carlos Bernardo. Regionalismo e projeto nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. **Cadernos Ippur UFRJ**, Rio de Janeiro, n.2, p. 21-34, 1993

VIEGAS, Rodrigo Nuñez. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 145-157, jan./jun. 2009. Editora UFPR

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009

WIKIPÉDIA. **Turmalina – MG**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Turmalina_%28Minas_Gerais%29, acessado em 27 de Março de 2014.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro. Zahar Editora. 1976

WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Editora da Universidade de Brasília. Brasília (1997)

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des) cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo horizonte, 2006.